



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA AMÉRICA LATINA

**ESTRATÉGIAS E LUTAS GUARANI CONTRA O PROCESSO DE
DESTERRITORIZAÇÃO NO OESTE DO PR NO SÉCULO XX**

RAFAEL FONSECA GOMES DANTAS DE MELO

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)
HISTÓRIA AMÉRICA LATINA**

**ESTRATÉGIAS E LUTAS GUARANI CONTRA O PROCESSO DE
DESTERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PR NO SÉCULO XX**

RAFAEL FONSECA GOMES DANTAS DE MELO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História América Latina

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti

Co-orientadora : Prof. Me. Livia Fernanda Morales

Foz do Iguaçu
2019



RAFAEL FONSECA GOMES DANTAS DE MELO

**ESTRATÉGIAS E LUTAS GUARANI CONTRA O PROCESSO DE
DESTERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PR NO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e
História da Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em História
América Latina

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti
UNILA

Co-orientadora: Profa. Ms. Lívia Fernanda Morales
UNILA

Profa. Dra. Endrica Geraldo
UNILA

Profa. Dra. Maria Eta Vieira
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho aos meus amigos, a minha irmã Nanda e aos povos Guarani.

AGRADECIMENTO

A todos que me ajudaram amplamente na construção dele, a todos *tekoha pelos* que eu passei, recebido como um parente, um indígena de fato. Agradecido ao Simão, Teodoro e também ao Casemiro, sem eles não teria dado tempo de concluir a pesquisa. Agradeço a paciência desses três seres humanos que vieram para o bem, a luta deles não será esquecida. Queria agradecer ao professor Clovis Antonio Brighenti, que sem sua ajuda, sua paciência e virtude com minha pessoa, não estudaria os povos indígenas com tanta afinidade, neste momento de tempos difíceis.

Principalmente a Paula Fernanda Santos da Silva, a Nanda, por ser essa irmã que eu encontrei nessa faculdade e na minha vida, sem ela não tomaria as decisões mais importantes na minha vida. Ela me auxiliou e me ajudou nos momentos mais difíceis de minha vida, e me apoiou nas minhas decisões mais radicais que tomei ao longo do curso e da minha vida. Nunca esquecerei de nossas conversas nos nossos momentos de seriedade, de sorrisos e brincadeiras; nunca esquecerei desses momentos, e pelo grande carinho que a mesma tem com os amigos e próximos.

Gostaria de agradecer também a Laura Milena Julio Vergara, uma amiga com um enorme coração, que me auxiliou a ser uma melhor pessoa, da loucura até mesmo os momentos de paz. Nunca vou esquecer o seu sotaque colombiano carioca, que Deus e *nhande* lhe proteja muito e também a Simon, uma criança alegre que leva a alegria nos momentos mais tristes, que *nhande* e Deus lhe protejam nessa longa caminhada.

Aos meus pais e irmãos que me ajudaram na minha formação e educação, que me incentivaram aos estudos, e principalmente por terem me incentivado a conhecer meus ancestrais.

E a duas pessoas que mais me incentivará para a universidade, a continuar nela e me esforçar ao máximo Ivania Ferronato e Solange, a Sol. Agradeço a vocês por terem me aconselhado nos primeiros semestres da universidade e também nos semestres seguintes e por terem me dado uma força incrível ao longo dos anos e dos semestres, quero agradecer do fundo do meu coração.

E ao meu amigo Wallace Oliveira, por ter sido meu amigo por tantos

anos e ter me ajudado por tanto tempo, na minha jornada como pessoa e mesmo assim não perder o contato depois de longos anos.

Queria agradecer do fundo do meu coração a Baby Almeida, a eterna atriz em nossos corações, que seja grande seu futuro!!! Que brilhe feito uma estrela que você é.

E a incrível professora que eu tive nessa reta final da graduação, que me apoiou, me puxou as orelhas sempre!!! Lívia Fernanda Morales, agradecido por tudo! você é um anjo da guarda para nós alunos!

E que viva a Latino América que suas Histórias ainda sejam contadas.

A Terra é um cenário muito pequeno numa vasta arena cósmica. Pense nos rios de sangue derramados por todos aqueles generais e imperadores, para que, na sua glória e triunfo, pudessem ser senhores momentâneos de uma fração de um ponto. Pense nas crueldades sem fim infligidas pelos moradores de um canto deste pixel aos praticamente indistinguíveis moradores de algum outro canto, quão frequentes seus desentendimentos, quão ávidos de matar uns aos outros, quão veementes os seus ódios.

As nossas posturas, a nossa suposta auto importância, a ilusão de termos qualquer posição de privilégio no Universo, são desafiadas por este pontinho de luz pálida. O nosso planeta é um grão solitário na imensa escuridão cósmica que nos cerca. Na nossa obscuridade, em toda esta vastidão, não há indícios de que vá chegar ajuda de outro lugar para nos salvar de nós próprios.

CARL SAGAN - *Pálido Ponto Azul*

DE MELO, Rafael Fonseca G. D. **ESTRATÉGIAS E LUTAS GUARANI CONTRA O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PR NO SÉCULO XX:** 2019 63p. Trabalho de Conclusão de Curso em História América Latina – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

O presente TCC aborda as questões da territorialidade e analisa documentos produzidos pelos Guarani durante o Sec. XX no Oeste do estado do Paraná, a fim de compreender sua dinâmica, resistência e os processos de esbulho de seu território pela ação efetiva ou pela omissão do Estado. Identificamos que o Brasil tinha planos para colonizar esse espaço alegando ser ele um território vazio, ou seja, a ideologia do vazio demográfico, para que os colonos viessem para esse novo espaço a ser “desbravado”. Ocorre que a região era ocupada pelos Guarani, que ali estavam estabelecidos. Esse processo gerou a desterritorialização do povo Guarani. De senhores do local, os Guarani passaram a ser serviçais dos novos “proprietários”, na derrubada da mata, na abertura de estradas, nas medições de terreno, enfim, em todos os trabalhos braçais com poucos pagamentos. Os Guarani denominavam esse tipo de trabalho de Changa. Após esse início de século de extrema violência, é construída a Itaipu Binacional nas terras que ainda restavam aos Guarani nas margens do rio Paraná. Com isso os Guarani tiveram sua maior perda da territorialidade e suas tekohas foram submersas pelas águas da represa, e conseqüentemente foram deslegitimadas pela própria Itaipu com laudos antropológicos fraudulentos ou mal elaborados. Com isso se inicia uma história da oralidade entre os próprios povos que pertencem a nação Guarani com a produção de documentos e cartas contando como fora a deslegitimação sofrida pelos mesmos e essas cartas e documentos são distribuídas para tanto como órgãos do estado nação brasileiro como a própria Itaipu como órgãos internacionais. Esses documentos que expressam a história da oralidade como entrevistas, mostram de fato o que realmente ocorrera com o povo Guarani e sua questão da territorialidade.

Palavras-chave: Territorialidade. Documentos. Itaipu Binacional. Memória. Nação Guarani.

DE MELO, Rafael Fonseca G. D. **GUARANI STRATEGIES AND STRUGGLE AGAINST THE PROCESS OF DETERRITORIALIZATION IN THE WEST OF PR IN THE XX CENTURY**: 2019. 63p. Trabalho de Conclusão de Curso em História América Latina – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

The present TCC addresses the issues of territoriality and the analysis of its documents produced by the Guarani during the 20th Century in the west of the state of Paraná, in order to understand its dynamics, resistance and the processes of splitting its territory by the effective action or by omission of the state. We identified that Brazil had plans to colonize this space by claiming that it was an empty territory, that is, the ideology of the demographic void, so that the settlers came to this new space to be “pioneered”. It turns out that the region was occupied by the Guarani, which was established there. This process generated the deterritorialization of the Guarani people. From the lords of the place, the Guarani became servants of the new “owners”, in the felling of the forest, in the opening of roads, in the measurements of land, in short, in all the manual works with little payments. The Guarani called this type of Changa's work. After this beginning of the century of extreme violence, the Itaipu Binacional is built on the Guarani lands that remained on the banks of the Paraná River. With this the Guarani had their greatest loss of territoriality and their tekohas were submerged by the waters of the dam, and consequently were delegitimated by Itaipu itself with fraudulent or poorly elaborated anthropological reports. Thus begins a history of orality among the peoples who belong to the Guarani nation themselves with the production of documents and letters telling how the delegitimation suffered by them and how these letters and documents are distributed to as much organs of the Brazilian nation state as the. Itaipu itself as international bodies, these documents that express the history of orality as interviews, show in fact what really happened to the Guarani people and their question of territoriality.

Key words: Territoriality. Documents. Itaipu Binational. Memory. Guarani nation.

DE MELO, Rafael Fonseca G. D. **Territorialidad y memoria guaraní en el Alto Paraná: la cuestión del siglo XX.** 2019. 63p. Trabalho de Conclusão de Curso em História América Latina – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, ano.

RESUMEN

El presente TCC aborda los problemas de territorialidad y analiza sus documentos producidos por los guaraníes durante el siglo XX en el oeste del estado de Paraná, a fin de comprender su dinámica, resistencia y los procesos de división de su territorio por la acción efectiva o por omisión del estado. Identificamos que Brasil tenía planes de colonizar este espacio alegando que era un territorio vacío, es decir, la ideología del vacío demográfico, de modo que los colonos vinieron a este nuevo espacio para ser "despejados". Resulta que la región fue ocupada por los guaraníes, que se estableció allí. Este proceso generó la desterritorialización del pueblo guaraní. De los señores del lugar, los guaraníes se convirtieron en sirvientes de los nuevos "dueños", en la tala del bosque, en la apertura de caminos, en la medición de la tierra, en resumen, en todos los trabajos manuales con pequeños pagos. El trabajo de Changa. Después de este comienzo de siglo de violencia extrema, el Itaipu Binacional se construye en las tierras guaraníes que permanecieron a orillas del río Paraná. Con esto, los guaraníes tuvieron su mayor pérdida de territorialidad y sus tekoha kuera quedaron sumergidas por las aguas de la presa, y en consecuencia fueron deslegitimadas por el propio Itaipú con informes antropológicos fraudulentos o poco elaborados. Así comienza una historia de oralidad entre los pueblos que pertenecen a la propia nación guaraní con la producción de documentos y cartas que cuentan cómo sufrieron la deslegitimación y cómo estas cartas y documentos se distribuyen a tantos órganos del estado nación brasileño como el. El propio Itaipú como organismos internacionales, estos documentos que expresan la historia de la oralidad como entrevistas, muestran de hecho lo que realmente le sucedió al pueblo guaraní y su cuestión de territorialidad.

Palabras clave: Territorialidad. Documentos; Itaipu Binacional; Memoria; Nación guaraní.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa com a localização dos 1.416 <i>Tekoha</i> Guarani.....	19
Figura 2 – Mapa do estado do Paraná de 1901 indicando que o Oeste eram “terras despovoadas”	25
Figura 3 – Auto de declaração: documento denúncia da escravidão indígena.....	30
Figura 4 –Documento do Cimi Sul 1981.....	44
Figura 5 – Nota do Cimi Sul 1982.....	48
Figura 6 - Ata de Reunião com Funai, CIMI e outros órgãos.....	52
Figura 7 - Território do Ocoy.....	54
Figura 8 - Documento da nação Guarani ao presidente da Itaipu Binacional.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
PNI	Parque nacional Iguazu (BR) / Parque nacional del Iguazu (AR)
INM	Instituto Nacional do Mate
UHIB	Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
CMG	<i>Cuaderno del Mapa Guaraní Continental</i>
PIC-OCO I e II	Projeto Integrado de Colonização Ocoy I e II
GT	Grupo de Trabalho

SUMÁRIO

1	Introdução	15
2	A desterritorialização Guarani no Oeste do Paraná	17
2.1	Caracterização da nação Guarani	17
2.2	O discurso do vazio demográfico como justificativa para o roubo das terras	23
2.3	Vila militar, a fundação de Foz do Iguaçu, e a legitimação das “obragens” e da escravidão indígena	28
2.4	Criação do Parque Nacional do Iguaçu Brasileiro e Argentino	32
2.5	Território Iguaçu e a marcha para o Oeste	33
2.7	Incra e SPI	36
3	A Itaipu Binacional e os Documentos Guarani	36
3.1	Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional	41
3.2	Produção de documentos em defesa dos Guarani	49
3.3	Reconhecimento da Itaipu	51
3.4	Termo de compromisso de UHIB	54
3.5	Pequeno espaço busca por um direito perdido... Terras Guarani	57
4	Considerações Finais	59
5	Referências Bibliográficas	61

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é apresentado como requisito de conclusão do curso de História América Latina, e trataremos da história Indígena, mais precisamente da História da nação Guarani no século XX, com suas questões da territorialidade sendo cada dia mais ameaçada pelo progresso do estado-nação sobre o oeste paranaense.

A metodologia utilizada é a da História documental que, partindo das cartas/ documentos produzidos pelos próprios Guarani com a ajuda e solidariedade dos apoiadores, e nas que, após a construção de Itaipu Binacional, relatam as perdas territoriais e conseqüentemente suas *Tekoha Kuera* que foram alagadas pela Usina.

A história da oralidade guarani é de fato a melhor forma de compreender os acontecimentos, pois somente por via da História oficial não é possível reconstituir a real História deste território. Como Meiy (2004) diz em sua tese, se a história documental não existe ou mesmo não diz sobre alguns reais acontecimentos que a História oficial não abrange, é possível fazer uma série de entrevistas e reescrevendo os acontecimentos que ocorreram para uma parcela da população ou comunidade que não tiveram sua voz validada pelos acontecimentos oficiais.

Nos apoiaremos nas investigações já realizadas sobre o processo de ocupação do oeste paranaense como por exemplo os trabalhos de Piori (2012) e Tomazi (1997). Estas pesquisas nos ajudam a compreender o processo de colonização e como estas afetam as populações indígenas, tanto do norte paranaense como no oeste paranaense.

Na primeira parte, trataremos das caracterizações da nação Guarani e de suas histórias na bacia do rio Paraná entre os séculos XIX e XX, nosso eixo central será a desterritorialização do povo Guarani efetuada sob os pretextos de ocupação o estado para entrar nesses territórios ainda não explorados e supostamente sem populações e que analisaremos através da categoria de vazio demográfico (Marés, 2016).

A segunda parte deste trabalho explora a fundação da Itaipu Binacional, sua construção e os processos de desterritorialização dos povos indígenas desta região. Como veremos muitos foram retirados com a força do estado e sofreram inúmeras violências, foram infringidas contra esta população.

E com as violências sofridas os Guarani não sofreram essas perdas territoriais em silêncio, eles lutaram da forma que podiam, eles assimilaram a escrita e a fala para escrever inúmeros documentos/cartas sobre a época de Itaipu Binacional e as violências que sofreram durante todo o processo de sua construção e pós construção, e que esses documentos chegaram e diversas instâncias internacionais como o Banco Mundial, OIT e o Papa.

2 A DESTERRITORIALIZAÇÃO GUARANI NO OESTE DO PARANÁ

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA NAÇÃO GUARANI

O território da nação Guarani não coincide com a divisão nacional da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). Desde tempos imemoriais, o território Guarani abarca uma grande extensão de terras da bacia do Prata. A mobilidade territorial Guarani faz parte de sua própria dinâmica sociocultural.

Os dados revelaram que Guarani contemporâneos vivem atualmente, em cinco países, Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai. Antes do século XVI viviam num território único sem fronteiras ou limites estabelecidos a partir de suas próprias dinâmicas socioculturais. Porém, após a invasão colonial, seu território foi dividido entre as duas coroas ibéricas, Espanha e Portugal. A partir do século XIX esse território foi novamente dividido, agora entre os 5 Estados independentes. Os dados populacionais mais recentes, publicados no *Cuaderno del Mapa Guarani Continental*, estimam em 280.000 pessoas (CMG, 2016), já no século XVI estima-se que havia cerca de 2 milhões de pessoas (MELIÀ, 1988). Vivem em 1.416 comunidades formadas por aldeias, bairros urbanos, núcleos familiares desde o litoral Atlântico até a orla da Cordilheira dos Andes. No Brasil concentra-se a maior população com 85.255 pessoas.

Na Bolívia encontra-se a segunda maior população – 83.019 pessoas – seguida por Paraguai – 61.701 pessoas – e Argentina – 54.825 pessoas. Consideram-se uma Nação, apesar de o não reconhecimento por nenhum dos cinco países e, estão organizados por povos ou subgrupos linguísticos (CCNAGUA, 2015).

Os Mbyá vivem na Argentina, Brasil e Paraguai; os Avá-Guarani vivem e compartilham os mesmos países que os Mbyá e são conhecidos também como Ñandeva, Guarani ou Chiripá. Os Paĩ-Tavyterã vivem no Paraguai, porém no Brasil são conhecidos como Kaiowá; Os Ava-Guarani e Ioseño recebem esse nome na Bolívia e Argentina, porém no Paraguai são tratados como Guarani Ocidental, de maneira pejorativa são também conhecidos como Chiriguanos ou Chahuancos na Argentina. Quatro povos vivem apenas na Bolívia, os Gwarayú, os Sirionó, os Mbía ou Yuki e os Guarasug'we. Já os povos Tapieté ou Guarani-Ñandeva, vivem na Bolívia, Argentina e Paraguai.

Os Aché vivem apenas em terras Paraguaias. Ocupam, tradicionalmente, os mesmos territórios de antes da chegada dos colonos, com

pequenas variações ao sul e norte, porém agora com a limitação da imposição dos Estados e propriedades privadas.

Figura 1: Mapa com a localização dos 1.416 *Tekoha* Guarani

Fonte: Mapa Continental Guarani, 2016.

Os Guarani se definem como Nação por haver características comuns como a organização sócio política, a língua, os traços da cultura, mobilidade, território e religião. Cada subgrupo linguístico se define como povo Guarani com características específicas na cultura material, expressões dialetais e áreas de ocupação. Essa particularidade Guarani já era observada por Susnik (1975) nos Guarani históricos. A singularidade de uma Nação, cujo território está esfacelado entre Estados, impacta diretamente sobre a territorialidade. Cada Estado cria suas próprias políticas e programas, sem considerar as singularidades apontadas acima, causa fissuras e lava apaga as historicidades diferentes provocando a desintegração.

Melià indaga sobre os impactos que as fronteiras impõem sobre os Guarani, constituídos por historicidades completamente diferentes:

Os Guarani estão agora separados e divididos por fronteiras nacionais arbitrarias. É uma grande injustiça histórica. Como o Muro de Berlim dividia o povo alemão, levando-o para duas histórias diferentes, as fronteiras pretendem fazer o mesmo com o povo Guarani. Todas as etnias Guarani estão em pelo menos dois países, senão em três. Todos eles. Todos eles têm o seu Muro de Berlim (MELIÀ, 2001, s/p)

O antropólogo Hugo Arce corrobora com a análise de Melià, destacando o surgimento dos Estados Nacionais como marco da divisão territorial.

Tomando en cuenta el tiempo de ocupación del espacio, los guaraníes son originarios de un territorio que, luego del surgimiento de los Estados nacionales, quedó dividido en tres países en la región llamada "Triple Frontera" entre Paraguay, Brasil y Argentina (ARCE, 2009, p. 11).

As tentativas de homogeneização e incorporações nas chamadas sociedades nacionais, nos séculos XIX e XX, em parte, foram superadas pela resistência contínua, por não quererem viver de acordo com o sistema político, econômico, social e cultural proposto pelos Estados. Internamente cada um dos Estados buscou incorporar os Guarani na mescla da população empobrecida, de modo a não reconhecê-los enquanto coletividade. Portanto, tínhamos por um lado, a fragmentação e separação pelas fronteiras nacionais e, por outro, a tentativa de torná-los "nacionais".

Pela resistência a esse processo não se efetivou como desejavam

os Estados, ao contrário, os Guarani mantiveram a base de sua organização social amparada na família extensa e na vivência do *teko*/costumes, modo de ser., Grünberg (2014) explica que a família extensa é a junção de famílias nucleares e estabelecidas no *Tekoha*, informando a importância dessa unidade sociocultural na manutenção da cultura e modo de ser do povo. Pela prática de violência imposta pelos Estados, os Guarani foram paulatinamente perdendo as terras, de modo que no presente são inúmeras as comunidades que vivem em locais impróprios, sem condições de produzir alimentos ou mesmo insalubres em contextos de alta densidade demográfica dificultando a reprodução física e cultural. A possibilidade de continuar mantendo a relação família extensa comunidade está se tornando algo do pretérito, já que, pela falta de terras, diversas famílias extensas são obrigadas a dividir um mesmo espaço.

Mesmo em pequenos espaços, tentam viver a sua maneira, pois a terra ou o *tekoha* onde produzem a sua cultura, economia e prática social, faz parte do que é ser um Guarani, não tendo a mesma relação ocidental e capitalista de propriedade, mas sim guardadores dela como afirma Grünberg: *“No se consideran dueños de la tierra y de lo que vive en ella, sino que recibieron de los dioses el derecho del usufructo, un usufructo respetuoso y limitado, vigilado por dioses y guardianes”* (GRÜNBERG, 2014, p. 175). *referencia que nao sei !*

A terra “ideal” para os Guarani ou a terra “sonhada”, deve ter espaço amplo, ser cultivável, cercada de mata conservada, água corrente, por fim um lugar tranquilo, livre de intervenções externas onde possam viver a sua maneira política, econômica (reciprocidade) e cultural. Porém, não é isso que ocorre na prática:

Para os Estados Nacionais é a possibilidade da fixação e do desenvolvimento de projetos visando à modificação de seus padrões culturais. Estas diferentes perspectivas geram conflitos enormes no interior das comunidades, entre os que vacilam diante dos programas estatais e os que reagem a eles, negando-os ou modificando-os conforme suas necessidades, e conclamando os ensinamentos transcendentais para justificar a recusa (BRIGHENTI, 2010, p. 16).

O povo Guarani busca contemplar em seu universo organizativos aspectos relacionados às práticas e conhecimentos tradicionais com as dinâmicas da organização política pós-moderna:

O povo Guarani é muito moderno, quase pós-moderno. Por quê? Porque o povo Guarani, embora sua especificidade, a singularidade, sabe entrar em diálogo conosco. O pensamento deles não está tão distante do nosso pensamento utópico. Pela sua linguagem, pelo seu modo de ser, pela sua palavra, pela sua paciência mais que pela agressividade, o povo Guarani é um particular universalizável (MELIÀ, 2001, s/p).

Dentre as imposições e adaptações provenientes do contato com as instituições públicas e privadas está a escola. Desde a penetração colonial europeia no continente americano, após a sobrevivência aos genocídios e a utilização de mão de obra indígena inicial, ocorreram através das reduções jesuítas e depois pelo Estado a partir das reformas do século XVIII, a “alfabetização” dos indígenas. Por meio da persuasão e da doutrinação religiosa, a educação escolar estava voltada ao processo de conversão, torná-los cristãos a fim de descaracterizá-los e inseri-los no universo colonial, eliminando suas práticas e especificidades socioculturais e cosmológicas. A partir do século XIX a educação escolar imposta aos Guarani esteve voltada para a assimilação e integração às sociedades nacionais dos novos estados surgidos com o processo de independência.

Essa nova escolarização pouco efeito resultou aos Guarani devido à resistência a escola. Na segunda metade do século XX, apenas os Guarani em “reservas” e os poucos que viviam em terras de outros povos foram alfabetizados. Se por um lado os Estados já não tinham tanto interesse em oferecer escola porque consideravam os Guarani “integrados”, por outro, a resistência às mudanças dos costumes favoreceu a não proliferação das escolas nas comunidades, conforme destaca Melià:

Os povos indígenas sustentaram sua alteridade graças a estratégias próprias, das quais uma foi precisamente a ação pedagógica. Em outros termos, continua havendo nesses povos uma educação indígena que permite que o modo de ser e a cultura venham a se reproduzir nas novas gerações, mas também que essas sociedades encarem com relativo sucesso situações novas (MELIÀ, 1999, p.12).

Em que pese a dimensão continental da territorialidade e espacialidade, é importante considerar as particularidades regionais, tanto do ponto de vista linguístico, como de relações socioeconômicas. Na região da tríplice fronteira – Argentina, Brasil e Paraguai – berço Guarani, segundo Bonomo (2015), essa população mantém uma dinâmica de mobilidade e desafios comuns. É possível perceber certas particularidades específicas nesse contexto, embora identificamos presença de dois subgrupos linguísticos (Mbya e Ava). É nesse contexto microrregional que se insere nosso projeto.

Nosso recorte geográfico está associado a aquelas comunidades afetadas pela colonização no oeste do Paraná a partir da década de 1930, construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional e as que se relacionam com as dinâmicas modernas do mundo econômico, como o agronegócio e o turismo.

Compreender a dimensão da territorialidade e espacialidade Guarani é fundamental para trabalharmos as dimensões em contextos micro, ou seja, perceber as questões que emergem nos contextos locais que são a base e o fundamento da territorialidade Guarani. O registro da memória Guarani produzida pelos próprios pares será o tema central de nossa ação, ou seja, a pesquisa participativa.

O território Guarani foi extremamente afetado com a instalação das empresas extrativistas e colonizadoras. Várias *tekoha* foram extintas. A destruição do território impactou não apenas o espaço de uso, mas toda a economia Guarani. Sem terra e recursos naturais foram forçados a servir de mão de obra para as empresas e colonos.

Nesse período, vai ocorrer uma nova forma de organização social. Muitas famílias nucleares ficaram vivendo próximo às fazendas, outros continuaram organizados socialmente na família extensa, ou seja, em *Tekoha* e, a partir dos locais saíam para os trabalhos sazonais. Na medida em que a mata ia sendo destruída, foram se refugiando para as proximidades do rio Paraná, onde encontravam locais mais seguros e também a possibilidade de cruzarem o rio em caso de necessidade.

2.2 O DISCURSO DO VAZIO DEMOGRÁFICO COMO JUSTIFICATIVA PARA A POSSE DAS TERRAS

Em 1901, a Colônia Militar do Iguaçu, realizou um estudo demográfico e ambiental sobre o vasto território do Oeste do Paraná de acordo com o mapa que virá a seguir, esse mapa e de sua importância para que algumas décadas após se relate como a não presença humana.

A partir desse estudo, produziu-se um mapa sobre a região apresentando cidades ou pequenos vilarejos com “presença humana”, com destaque para o que chamou de vazio demográfico. De acordo com Marés (2016) o vazio demográfico é considerado uma ideologia na qual se compreende como um espaço improdutivo para o Estado-nação. Porém, nele viviam e vivem os povos indígenas originários e apesar disso, esse espaço fora retratado como pronto para ser ocupado.

O vazio demográfico, apresentado pela figura 02 a seguir, foi elaborado pelo exército, na sua função da representatividade do Estado-Nação brasileiro. Como podemos notar, este mapa não apresentava ou representava nenhuma *tekoha* Guarani ou aldeia indígena na região. Na nossa leitura podemos

observar que o Estado não reconheceu a presença desse povo indígena.

O vazio demográfico é um conceito que foi aplicado nos territórios pertencentes ao Brasil e Paraguai, e faz referência à não presença humana reconhecida pelo Estado nação. No início do séc XX, empresas que extraíam erva-mate nas terras do Paraná, Paraguai e da Argentina (trabalho que ficou conhecido como Obragens) tinham autorizações do Governo brasileiro juntamente com o governo paranaense, para retirar o produto para exportação utilizando mãos de obra escrava da população indígena (WACHOWICZ, 1987).

Assim sendo, a suposta inexistência de população indígena na região, fora registrada como um grande espaço aberto traduzido como vazio demográfico na região do oeste do Paraná, ou como alguns historiadores abordam, ‘terras despovoadas’ (TOMAZI, 1997, p. 63-125). Mesmo com as habilidades da população indígena na lida da erva-mate (corte, transporte e secagem), em troca da alimentação e eventualmente algum pagamento, foram ignorados (rejeitados) na contagem humana, houve um “esquecimento” por parte das empresas e do Estado. A memória oficial buscou de todas as formas gerar um apagamento da memória Guarani e sobre os Guarani na região.

O mapa a seguir ilustra esse suposto vazio demográfico: trata-se da memória oficial do Estado, através do Exército Brasileiro localizado na pequena vila de Foz do Iguaçu. A presença do Exército está relacionada ao estabelecimento da “ordem” para dar segurança ao colono ao mesmo tempo que tinha uma estratégia geopolítica de garantir as fronteiras com Argentina e Paraguai estabelecidas com a Guerra da tríplice aliança (Brasil, Argentina e Uruguai contra Paraguai).

Figura 02. Mapa do estado do Paraná de 1901 indicando que o Oeste eram “terras despovoadas”

grande contingente populacional e se transformaram em importantes cidades futuras.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), foi firmado um plano de exploração/ocupação destes territórios declarados terras devolutas à União, transferidas para empresas colonizadoras privadas. De acordo com Jefferson de Oliveira Salles (2016), as empresas colonizadoras venderam as terras em pequenos lotes a descendentes europeus, chamados de colonos ou mesmo fazendeiros. Oliveira Salles destaca ainda que “as concessões de terras e mesmo transações entre empresas eram bastante nebulosas referente as relações entre agentes públicos e privados, com claro objetivo de gerar ganhos para os particulares” (2016, p.197-199). Numa espécie de promiscuidade política as empresas mantinham estreitas relações com funcionários de cargos no legislativo ou no executivo (consequentemente as ações diretas e indiretas de órgãos governamentais) que vendiam por preços baixos as terras devolutas e as terras eram entregues a laranjas e ou fantasmas que, consequentemente, registravam essas terras legalmente.

A partir dos anos de 1940, ocorre a penetração de agricultores com total incentivo do governo Federal. Era a Marcha para o Oeste criada e impulsionada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Partia-se do pressuposto de que o Oeste do Paraná era inabitado, ou como um grande vazio que poderia ser habitado pelos colonizadores europeus e seus descendentes das velhas colônias do sul.

Com a Marcha para o Oeste, inicia-se uma nova modalidade de ocupação, em cujos terrenos antes exploradas com o extrativismo de madeira e erva-mate agora passou para a agricultura intensiva, tendo que eliminar a mata nela existente. Para os Guarani essa nova modalidade de ocupação significou a total impossibilidade de continuar existindo na região. Não haviam sido demarcadas terras aos Guarani e já não restavam lugares livres para a ocupação. Os Guarani passam a ser mão de obra para os novos ocupantes, os colonos, especialmente na derrubada da mata. Encontramos diversos depoimentos Guarani relatando o difícil trabalho de derrubar a mata para o colono. A contradição da história se fazia presente, os próprios Guarani tendo que derrubar a mata para sobreviver, sabendo que sem a mata eles próprios não sobreviveriam. Era o autoflagelo.

A década de 1970 traz uma grande novidade ao campo do Oeste paranaense, a mecanização. Com a mata praticamente toda derrubada, entra o trator, faz o destaque e a mão de obra indígena já não é mais necessária. Com a

mecanização do campo, houve um aprimoramento nos processos de plantio e colheitas, intensificou a expansão territorial dos colonos, para mais espaços, a quantidades de plantio começou a superar ano após ano, conseqüentemente vimos um aumento populacional expressivo, por todo o globo terrestre. (MARTINE, 1990, p.3-9).

Creemos ser possível definir esse período como a “segunda marcha para o oeste”, agora não tanto com chegada de novos ocupantes, mas a transformação da lavoura no agronegócio e a conseqüente diminuição territorial Guarani em larga escala devido à grande capacidade de produção agrícola. Os Guarani presenciaram uma rápida e brutal modificação em seus territórios, em ciclos rápidos e violentos, em poucos anos não restava floresta em pé. Os indígenas de senhores naturais dessas terras passam a condição de estrangeiros. Os novos ocupantes indagam, “de onde vieram esses Guarani?”

Os Guarani eram os cuidadores da mata, pois na cosmologia desse povo a natureza é humana, sujeito de direito, eles podem usufruir para sua sobrevivência de maneira equilibrada, não gerando desertos atrás de si. Os Guarani se consideram responsáveis pelo cuidado, por orientação de sua divindade, *Nhanderu*.

A maneira como a territorialidade desse povo ocorre é bastante específica, tanto na dimensão cultural como religiosa. Para Raffestin,

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (...) Um lugar, mais também um espaço abstrato, com sistema institucional, político ou cultural, por exemplo. Mais a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível (...) cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas especiais e sociais, ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder. (RAFFESTIN, 1980, p.150).

A questão da territorialidade Guarani, bastante debatida e estudada por antropólogos e historiadores ainda carece de maior profundidade nos estudos. A busca por uma maior profundidade deve ser uma constante, já que o tema é complexo, pois a própria cosmologia Guarani se aproxima um pouco do que Raffestin acena, mas, a Nação Guarani tem sua própria forma de pensar sobre o que é na realidade o território e como se interage nessa questão da territorialidade

Guarani.

2.3 A VILA MILITAR, A FUNDAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU E A LEGITIMAÇÃO DAS “OBRAGENS” E DA ESCRAVIDÃO INDÍGENA.

Em 1888, é fundada a Colônia Militar em Foz do Iguaçu. Na figura 01, vemos como o exército e as obragens fundaram várias cidades de pequeno porte para que se fizesse o escoamento do mate e da madeira extraída da região. Este mapa, produzido pelos militares com a aprovação do governo brasileiro, não colocou nenhuma aldeia indígena. É como que se essas simplesmente não existissem, ou mesmo, nunca estiveram ali de fato presente.

Este esquecimento voluntário, de acordo com Marés (2016) acontece quando o Estado-Nação busca sobrepor a história sobre os indivíduos ou sujeitos que estavam em um determinado local ou área geográfica, ou de populações que se identificavam ou mesmo tenham suas moradas no lugar onde o Estado queira utilizar as terras ou mesmo fazer a substituição de sujeitos. Podemos dizer que este “esquecimento” foi selado com a criação do mapa.

O vazio populacional possibilitou que o território fosse ocupado sem qualquer constrangimento ou “ilegalidade”. A fundamentação ideológica da ordem e do progresso econômico defendia que aquele tipo de ocupação indígena fosse desconsiderado em benefício da produção capitalista, ou seja, os elementos fundamentais para dar suporte ao Estado-nação:

Para o pensamento liberal republicano, progresso é crescimento econômico enquanto expansão da economia capitalista em curso. É a emergência da ordem burguesa, na qual a ampliação da participação política joga um papel fundamental na reelaboração das relações de dominação. A igualdade, a liberdade e a fraternidade têm que se sustentar no aparato jurídico dessa sociedade, mascarando a continuidade do privilégio de classe e da desigualdade inerente ao modo capitalista de produção. Caminhar em direção ao progresso é fundamental para alimentar a crença de que, quanto mais progresso houver mais chances para os cidadãos teriam de participar na riqueza e na determinação dos desígnios políticos da nação. (SALLES, 1985, p. 19).

Na lógica do Estado capitalista brasileiro, que depende fundamentalmente de produtos primários, somente há um caminho para o progresso, através do avanço para novas áreas, a interiorizando cada vez mais profunda pelo território brasileiro. A busca por estas terras “virgens”, para atingir o progresso, passava necessariamente pela conquista do “ouro verde”, localizado nestes territórios supostamente vazios. No Oeste do Paraná, o Estado brasileiro

autorizava a exploração pelas empresas madeireiras e colonizadoras, através do sistema de obragem. O progresso que o Estado liberal procurava, então, era o progresso destas empresas e não da população brasileira. Os territórios do Oeste do Brasil foram vendidos a estas empresas por preços ínfimos. A extração da erva-mate implica que a situação do extrativismo no Oeste paranaense era de forma de exploração massiva e sem recuperação das matas.

Em todo processo de exploração do mate e da madeira foi utilizada a mão de obra Guarani. As condições de trabalho impostas pelos contratantes variaram conforme a época e interesses do proprietário, há muitos elementos que se assemelham ao sistema de trabalho análoga à escravidão indígena.

Uma das maiores companhias a adquirir terras na região foi a CIA. Matte Laranjeiras, cujo trabalho de extração de erva-mate aconteceu pelo regime de obragens. Em 1918, a empresa comprou mais de 10 mil hectares de terra no oeste paranaense. Esta empresa já havia comprado terras de Mato Grosso do Sul no século anterior, e do mesmo modo que no oeste paranaense, teria utilizado a mão de obra Guarani na exploração da erva-mate. Podemos observar que as empresas de obragem disputavam entre si as terras Guarani, expulsando-os com a desculpa do esvaziamento territorial. As terras foram exploradas pelas empresas de forma direta com documentos verdadeiros e a com a venda por preços baixos e por documentos falsos da posse das terras (OLIVEIRA SALLES, 2016, p.197-199).

Uma carta denúncia feita anos depois, em 1940, que fora feito na metade para o fim das obragens por um motorista que denunciava a escravidão sobre os Guarani que trabalhavam para o dono de terra que retirava o mate aproveitando a força de trabalho dos Guarani e alguns anos depois o mesmo fora para delegacia regional de polícia do Paraná e registrou um boletim de ocorrência para evidenciar o que estava ocorrendo no oeste paranaense.

Figura 3 - “Auto de declaração”: documento denúncia da escravidão indígena

Conselho Indígenista Missionário
 CIMI REGIONAL SUL
 SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

Auto de Declarações de Urias Messias de Lima - CÓPIA - Aos onze dias do mês de novembro do ano de 1.940, nesta cidade de Foz De Iguaçu, Estado do Paraná na Delegacia Regional de Polícia, onde se achava presente o Capitão Miguel Blasi, delegado em exercício, comigo escrivão do seu cargo, aí compareceu Urias Messias de Lima, brasileiro, 26 anos de idade, profissão motorista, atualmente agente recenseador, sabendo ler e escrever, e sendo interrogado declarou: que em meados do mês de outubro esteve fazendo o serviço de recenseamento, no lugar Forvenir, proximidades de Lopey e aí encontrou trabalhando no serviço de extração de herva-mate Antonio Diamantino Neri, o qual para o trabalho de herva-mate utilizava-se dos índios, pagando-lhes uma insignificância, que o declarante verificou que se os índios sujeitam-se a trabalhar quase de graça ao snr. Neri é porque este se diz Chefe dos Índios, que Neri possui uma carteira nº 7030 expedida pela Marinha Mercante em 1.928, de onde se conclui que o mesmo é piloto fluvial; que Neri para iludir os índios acima referidos faz uso de uma autorização datada de 05/07/1.936 e assinada pelo Snr. Coronel Manoel Alexandrino da Cunha; que tanto Neri, como Joaquim Fogaga, na data que o declarante esteve em Lopey ainda cortavam mate por ordem de Sondal, que se diz funcionário do "Instituto Nacional do Mate" (as linhas que seguem estão prejudicadas pelo bolor, sendo impossível sua leitura).
 (na folha seguinte:)
 Nítia que Fogaga e Neri continuassem cortando Erva-Mate, fato este que bem demonstra a parcialidade com que estava agindo Sondal; e por mais nada ter a declarar, mandou a autoridade encerrar o presente auto, que lido e ... conforme, vai devidamente assinado. Confere com o original.
 (a) ARACY A. NEIRA. Escrivão. Com o visto do Cap. Miguel Blasi Del.Reg.
 Em 27 de novembro do ano de mil novecentos e quarenta.
 CONFERE COM O ORIGINAL

Fonte: Acervo do arquivo do Laboratório de História Indígena

De acordo com documento acima, vimos como o método das obragens funcionava e de fato ocorreu para os povos indígenas locais, pois em decorrência ao documento vimos como os Indígenas foram explorados pela força do trabalho que estavam exercendo, eles poderiam receber mínimas trocas ou dinheiro com um mínimo de valor relativo ao trabalho praticado, ou seja, os donos das terras, ou o explorador de Mate sempre estava sendo beneficiado com o lucro produzido pelos Guarani, pois os mesmos sabiam como manejar e cultivar a erva mate

A lógica Guarani sobre um produto de consumo é para ser repartido entre a comunidade e pelos parentes de outras comunidades, ou seja, o meio de plantação Guarani é a sobrevivência em prol da comunidade como um todo. Com essa sapiência desde os períodos de obragens, já utilizam esse tipo de mão de obra indígena, mais muito pouco relatada na história da oralidade, pois muitos eram colocado em nacionalidades estrangeiras como paraguaios.

O documento visto acima é fundamental para sabermos o que realmente estava acontecendo como os indígenas no Oeste paranaense, pois era um território vasto e com quase nenhum tipo de fiscalização eficaz sobre a questão territorial e trabalhadora. Como o próprio documento diz, o dono da terra local se diz chefe dos indígenas, que está trabalhando para o mesmo, pegando uma pequena porcentagem ou mesmo insignificância no trabalho praticado pelos Guarani locais.

A pessoa que se denomina “chefe” dos Guarani sabia desse detalhe, do modo que, ele se aproveitou ao máximo do modo de trabalho, da qual retirava o máximo possível de renda. Configura-se, portanto, como escravidão indígena que possibilitou o enriquecimento, através da força de trabalho Guarani que retirou a erva-mate da região, efetuando pagamentos mínimos ou somente trocas irrisórias. O que se diz “chefe” dos indígenas afirmava que tinha uma carta da Marinha Mercante.

Percebemos que o Governo Federal tinha suas ingerências dentro do INM (Instituto Nacional do Mate), na que os funcionários foram corrompidos ou mesmos recebiam certas vantagens desses fazendeiros que extraíam erva-mate por toda essa região. Como no caso podemos perceber, o funcionário Sondal, está totalmente de acordo com o fazendeiro local sobre o extrativismo de erva-mate, o que demonstra que ao “progresso exagerado” não importa quem seja o “corpo” utilizado para a extração, mas para o bem do progresso nacional, podendo ser qualquer um que seja mão de obra barata o suficiente para o que produtor e o fazendeiro tiverem lucros o suficiente para dar continuidade a esse progresso.

Não tivemos acesso a parte final do documento porque está datilografado de uma original, e como consta, está com bolor, portanto não podemos saber o que acontece de fato. Mas ele nos permite entender o que estava acontecendo com os indígenas naquela região. Este é o início de um longo e doloroso processo das perdas territoriais dos povos Guarani ao longo do século XX.

2.4 CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU BRASILEIRO E ARGENTINO

Após anos de extrativismo vegetal intenso nas áreas do Oeste do Paraná, a mata original dessa região diminuiu consideravelmente até restar pouca mata nativa original no Bioma Mata Atlântica. Esse fenômeno ocorreu na região fronteiriça nos três países – Argentina, Brasil e Paraguai – apenas com diferentes intervalos de tempo.

O tema ambiental ganhou relevância no início do século XX, especialmente na perspectiva de criação de áreas preservadas. Com isso, no Brasil e Argentina criaram os PNI, em 1934 (AR) pela Lei nº12.103 e, 1939 (BR) pelo decreto nº 1.039. Tanto a Lei argentina como o Decreto brasileiro proibiam qualquer tipo de presença humana em seu interior, conseqüentemente a presença Guarani também era indesejada. Esse fato restringiu ainda mais a questão o território Guarani. Diversas famílias foram expulsas dessas localidades, através da polícia ou mesmo pela guardas florestais.

A criação do Parque Nacional do Iguaçu, uma das primeiras áreas de conservação criadas no Brasil e o primeiro parque binacional do País, situado no Brasil e Argentina, também se somou aos projetos de ocupação do oeste do Estado e das suas fronteiras, sendo responsável pelo desmantelamento de um dos maiores territórios Guarani da região, a aldeia Tekoha Jacutinga, marcando o primeiro dos sucessivos processos de expulsão sofridos pelos Guarani nessa região, após o período colonial (GUANAES, 2015 .p3)

Conseqüentemente, a criação do Parque Nacional do Iguaçu somente foi um dos primeiros processos de expulsão do Povo Guarani das suas questões territoriais, contudo foram se intensificando ao longo do séc. XX. A criação do parque veio em uma forma de desenfrear o extrativismo vegetal que estava ocorrendo em época principalmente as madeiras e as mateiras, que estavam destruindo todo um ecossistema local. Consideramos está como a primeira expulsão do povo Guarani de seu território tradicional no séc XX, através do uso da força do estado. A criação de uma lei que protege a localidade é uma intervenção direta no território tradicional Guarani, anos mais tarde haveria uma interferência maior e de escalas nunca vistas antes e nunca esquecidas pelas memórias Guarani.

1.5 TERRITÓRIO DO IGUAÇU e MARCHA PARA O OESTE

O Território Iguaçu foi criado como um pretexto de proteção para o território nacional. Esses territórios que engloba trechos fronteiriços do Brasil, e, em consequência, Foz do Iguaçu foi unido a essa fronteira que engloba partes de Santa Catarina e do oeste do Paraná como um todo. Com isso se procurava combater pequenas circulações de pessoas estrangeiras, principalmente argentinos, no território nacional que faziam extração de erva mate e árvores para venda para outras nações (PRIORI, 2012, p.53).

O novo território durou pouco tempo, 3 anos de 1940 a 1946, pois houve pressões internas sobre o Paraná e Santa Catarina já que haviam perdido território para a região recém-criada. Somente três anos após da formação do mesmo, fora desfeito e devolvido para o Paraná e Santa Catarina (PRIORI, 2012, p.73). Consequentemente, este fim foi de grande importância para a ocupação do Oeste. O governo federal getulista lança um programa para a apropriação dos espaços, que, entendidos como vazios demográficos, se baseavam no mito que no Oeste do Brasil não havia população

A 'Marcha Para o Oeste' foi o grande projeto geopolítico do governo Vargas. Estrategicamente propunha levar pessoas do nordeste, especialmente, para o centro-oeste do Brasil. Embora o discurso focava no Mato Grosso (que à época incluía MS) Goiás e Tocantins, o oeste do Paraná e Santa Catarina também faziam parte da ideologia da Marcha. Para o oeste do Paraná se deslocaram levas de Gaúchos e Catarinenses que trouxeram a prática da agricultura intensiva e eliminação de toda cobertura vegetal.

O plano de interiorizar a população tinha, por um lado, o objetivo de ganhar capital para que o país crescer abrindo novas áreas para a agropecuária e, por outro lado, evitar tocar o latifúndio brasileiro. Os povos indígenas foram os mais atingidos por esse projeto. O projeto ocorreu na ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas:

(...) o estado novo de Getúlio Vargas (1937-1945), criou um projeto político e um discurso cultural para dominar os grupos indígenas e seus territórios, os governantes do Brasil, durante muito tempo, enfrentaram o desafio de governar um país de dimensões continentais e populações diversas e multiétnicas. O Estado Novo – marcado por centralização política, acentuada intervenção na sociedade civil, crescimento econômico industrial

e tendências nacionalistas – foi um importante divisor de águas nas relações entre o Estado e os povos indígenas, entre o centro político e a periferia. O regime Vargas implantou uma política de acumulação de capital, povoamento e integração nacional da região Centro – oeste, que transformaria a vida dos Xavantes no interior do Mato Grosso. (GARFIELD, 2011, p.11).

Vemos que o governo central iniciou seu ambicioso plano de retomada do centro-oeste e também das vias que levaram a ele, principalmente do centro, oeste e norte do Paraná. Seriam vias de grande importância para escoar e também levar pessoas e indivíduos para explorar mais ainda o “inexplorável”. A política de povoamento acordado se configura como uma nova política de adentramento territorial para explorar a terra através da agricultura e do conceito de progresso. A monocultura e a criação de pequenas cidades serão rota do escoamento das futuras plantações de milho e soja:

Procurando entender melhor a (re)ocupação do território da região em estudo, é necessário deixar claro que ela não está desvinculada dos processos mais amplos que estão ocorrendo no Brasil e fora dele. Esta região esteve desde o início da (re)ocupação, umbilicalmente ligada e plenamente integrada ao plano nacional. A São Paulo, através do fluxo de pessoas e mercadorias. A Curitiba, pelo fato da ligação político administrativa, bem como pelas principais ações políticas no sentido de se implementar a (re)ocupação. Desde o século passado, a ligação ao nível internacional está presente e fica clara, quando a preocupação são os caminhos para o Mato Grosso, tendo em vista a Guerra contra o Paraguai e mais tarde, quando companhias estrangeiras se interessam em construir ferrovias e (re)ocupar as terras existentes, na região em estudo, e se propõem a colonizá-las, no contexto de um empreendimento comercial e financeiro. Com os processos imigratórios de estrangeiros, e depois com a sua ligação com o comércio internacional, inicialmente com a madeira, depois com o café e, mais recentemente, com a soja amplia-se a sua ligação com o exterior. Isso também se deve ao fato de que o Brasil ao incorporar-se ao espaço produtivo capitalista internacional, fez com cada uma de suas regiões, sofressem os efeitos desta articulação, resultando daí, sua integração ao mercado nacional e, por intermédio deste, ao mercado mundial. A (re)ocupação se dá, portanto, no contexto de uma integração ao capitalismo consolidado no exterior e ao lançamento dos seus fundamentos no Brasil. A lógica da acumulação do capital, em seu sentido mais amplo, explica o porquê da (re)ocupação. O acesso à terra, não se dá somente por questões políticas (como a campanha da "Marcha para o Oeste" no período do Estado Novo), mas também por econômicas, que definem as novas relações sociais que estão em andamento. (TOMAZI, 1997, p. 18).

Consequentemente, por períodos, a reocupação do oeste tomou força devido às consequências políticas e econômicas regentes do capital estrangeiro e interno. A principal fonte de matéria de revenda para mercado exterior eram os recursos primários – nunca fora de fomento industrializado, deixando o Estado brasileiro fragilizado.

Neste ponto podemos observar a gestação de novos conflitos pelo território Guarani que vista através dos documentos dos novos posseiros, provoca

que eles soubessem da situação real do território somente na chegada a eles. Houve lutas intensas contra os novos proprietários e os Guarani na que se somavam as empresas que também vendiam terrenos a preços baixos nos locais nos que a empresa operava, empreendia glebas ou pequenos/médios lotes vendidos a terceiros para iniciar a colonização (MARES, 2016).

Podemos perceber que muitos dos territórios Guarani e de outras etnias que existiam nesses polos viraram loteamentos para empresas de colonização tanto as privadas como as estatais. A Marcha para Oeste até meados dos anos 50 estão marcadas pela luta entre os posseiros e também uma briga ideológica entre o Estado, e conseqüentemente o carácter dos discursos do estado sobre as questões da pertença e não pertença do Estado.

O carácter épico do discurso da marcha para oeste é tão rico que oculta as suas pretensões mais explícitas. A integração nacional passava pela criação do estereótipo brasileiro a ocupação de vazios territoriais em verdade ocupados, mais pelo elemento não escolhido para compor a sociedade nacional e que, portanto, deveria ser deslegitimado e eliminado. A adicionais :o território e a soberania. Daí que o escolhido deveria ter a ousadia de desbravar novas áreas para abrangência da concepção hegemônica, contado com o apoio político e cedeu-se um ser humano ideal próprio. (WACHOWICZ, 1987, p. 143,174-175).

São fatos determinantes sobre a própria ideologia estatal com a que observamos que o estado detinha através da construção da narrativa oficial sobre o oeste do Paraná e sobre a própria reconquista do oeste. Vale pensar que o governo deslegitima qualquer tipo de processo que não estaria na posse do mesmo ou mesmo no controle das diversas situações que ocorrerá dentro do processo civilizatório do estado-nação brasileiro, ou seja, os territórios indígenas que não estavam nesse processo de legitimidade por parte do governo eles seriam deslegitimados pelo mesmo para trazer essa nova questão de brasilidade, que fora implantada com o governo Vargas.

A questão da brasilidade está relacionada à construção de uma nova identidade para o Brasil que deveria ser levada a todos os cantos da nação. É por isso que Marcha para o Oeste é um programa de civilidade com as novas formas de dizer que seria bom ou não dentro do território nacional. O projeto e quem participava dele levanta inúmeros tópicos para serem relatadas e discutidas sobre a questão civilizatória e, conseqüentemente, o apagamento de memórias sobre os locais por onde a Marcha passaria e que, como vimos se caracteriza pela subjugação e exclusão da história Guarani. Os órgãos governamentais, então, executam esse trabalho de deslegitimação da memória tanto no carácter físico como

nas questões identitárias e territoriais dos povos indígenas.

1.7 INCRA e SPI

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) durante Marcha para o oeste se uniam em termos de interesse público para concretizar o esbulho territorial Guarani em favor da colonização. Os dois órgãos eram os entes legitimadores do roubo das terras indígenas. O SPI, por exemplo, transferiu comunidades Guarani para as “reservas” Kaingang, autorizando o assentamento de colonos em locais ocupados pelos Guarani ao mesmo tempo em que o INCRA distribuía títulos de terras aos colonos.

Os dois órgãos deslegitimam e reprimem violentamente o povo guarani e os territórios no que se inclui as formas de organização cultural através da defesa ideológica de que os povos indígenas representavam o passado e nunca o presente do país, com isto contribuíram para o esquecimento histórico, provocando que os Guarani passaram a condição de estrangeiros nas suas próprias terras:

Uma das contradições encontradas nas ações dos representantes governamentais de assistência aos povos indígenas e compreender e aceitar a concepção de terra dos Guarani, como admitir e administrar na burocracia estatal a lógica guarani (...). Na etnografia é muito comum ouvir ou ver as seguintes expressões “são índios paraguaios”, “são estrangeiros” “vieram da Argentina” “vieram do Paraguai” (BRIGHENTI, 2009, p.160-163)

Com essas palavras Brighenti relata como este discurso de estrangeirização dos povos indígenas foram entranhados na memória dos colonos do oeste do Paraná, explicitando e reiterando que os povos indígenas não pertenceriam ao estado brasileiro e sim a outros estados próximos do Brasil como Paraguai e a Argentina.

3 USINA HIDROELÉTRICA ITAIPU BINACIONAL

Para analisar a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional (UHIB), ou apenas Itaipu, devem ser levados em consideração alguns elementos fundamentais. O primeiro deles, e, talvez o mais importante do ponto de vista sociopolítico, é o contexto em que ela foi planejada e executada, em momento de exceção de direitos civis tanto no Brasil como no Paraguai devido aos governos ditatoriais que comandavam os respectivos Estados. No contexto, aflora um segundo elemento fundamental: sua excepcionalidade binacional já que foi a

primeira hidrelétrica no Brasil com essa característica.

A Itaipu se constituiu como um organismo independente dos Estados, regidos por outras regras para além das legislações dos países. Na dimensão de produção de energia foi a maior hidrelétrica construída na face da terra. A dimensão ambiental/humana é sem dúvida a maior dívida da história. (BARÓN, 2006). Ela cobriu as mais belas cachoeiras de água mundo e afetou profundamente a fauna e flora.

No caso em estudo, a população Guarani foi atingida de maneira extremamente violenta, em todos seus sentidos, utilizando, como vimos estratégias como a de ignorá-los, produzir discursos de estrangeiros e declarar a população indígena como inimiga da empresa pois inimiga do progresso.

O rio Paraná foi escolhido para a construção pelo seu potencial hidroelétrico e sua posição geográfica estratégica. O que justificou a construção foi a necessidade de geração de energia elétrica para as grandes capitais e um projeto nacional para o desenvolvimento da região, com o pagamento de royalties, pois esses pagamentos seriam a forma de compensar o espaço perdido para a construção do empreendimento da Itaipu, como está dito pelo artigo XV do Tratado de UHIB firmado em 1973:

Artigo XV

O Anexo C contém as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade de ITAIPU.

Parágrafo 1o - A ITAIPU pagará às Altas Partes Contratantes, em montantes iguais, "royalties" em razão da utilização do potencial hidráulico.

Parágrafo 2o - A ITAIPU incluirá, no seu custo de serviço, o montante necessário ao pagamento de rendimentos sobre o capital.

Parágrafo 3o - A ITAIPU incluirá, outrossim no seu custo de serviço, o montante necessário para remunerar a Alta Parte Contratante que ceder energia à outra. (TRATADO DE ITAIPU, 1973. p.5)

Assim, observamos que cada parte dos *royalties* foram distribuídas partindo da potência hídrica de cada cidade, recebendo cada uma delas uma parte do que seria desenvolvido pela própria Itaipu. Com isto percebe-se que na realidade se faz alusão que as cidades mais alagadas teriam maiores fatias dessa porcentagem:

No Brasil, em maio de 2018, entrou em vigor a Lei 13.661/2018 que altera os percentuais de distribuição dos royalties: 65% aos municípios, 25% aos estados e 10% para órgãos federais (Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Do percentual de 65%, destinados aos municípios, 85% do valor repassado é distribuído proporcionalmente aos lindeiros, ou seja, aos diretamente atingidos pelo reservatório da usina (15

no Paraná e um no Mato Grosso do Sul). Os 15% restantes são distribuídos entre municípios indiretamente atingidos por reservatórios a montante (rio acima). Para os estados, também se aplicam os percentuais de 85% e 15% para os diretamente e indiretamente afetados, respectivamente. (BRASIL, 2019, s/p).

Os royalties foram para as cidades que tinham sido atingidas pelas obras e pela própria formação do lago da Itaipu, ou seja, as cidades lindeiras tinham a porcentagem maior por causa das perdas territoriais. Podemos perceber que esses *royalties* foram distribuídos em todas as esferas públicas do Estado brasileiro e paraguaio. Obviamente, essa fatia de dinheiro não foi distribuída para a nação Guarani que vivia em ambas margens do rio Paraná. Isto é justificado pelo processo de deslegitimação histórica que a binacional continua reproduzindo em relação aos povos indígenas originários, incluindo o argumento do vazio demográfico do qual já falamos. Desta forma, a Itaipu fez uso do discurso do vazio demográfico para desconsiderar a população Guarani que se encontrava na região, em ambas as margens do rio Paraná. O discurso do “progresso nacional” dos países, se sobrepunha às vozes indígenas que viam seus territórios sendo agressivamente afetados.

Com tudo, as questões territoriais ao longo da construção da Itaipu começaram a afetar tanto os povos guarani quanto as terras dos colonizadores que ficavam nas margens do rio Paraná. Era do rio Paraná que as populações Guarani usavam suas águas para lazer ou para atividades produtivas através da pesca, ou seja, era uma fonte de renda e uma fonte para não ter escassez de comida. O rio significava o caminho mais prático e rápido para visitar seus parentes na outra margem.

O rio Paraná que significava um facilitador das relações e aproximação da população passou a ser fronteira entre Estados e posteriormente lago intransponível para as embarcações Guarani. De provedor de alimento, o lago passou a ser rota de traficantes de drogas, armas e mercadorias, ameaçando as comunidades. As mudanças ocorreram num curto espaço de tempo, desde a assinatura do tratado em 1973 para o fechamento das comportas se passaram em apenas nove anos. Nesse curto espaço de tempo os danos foram irreversíveis na dimensão territorial além de toda dimensão simbólica que os Guarani mantinham com a água, ao ponto de denominar o rio de Paraná como “semelhante ao mar ou a um grande lago” e as Sete Quedas como as “águas que cantam nas pedras”.

De acordo com Brighenti (2017, s.p) a

Itaipu Binacional foi o ato finalizar do processo de esbulho e roubo das

terras na região, destruição da mata e eliminação das comunidades indígenas. Esse projeto se diferencia dos demais em diversos aspectos: pela forma violenta como foi concebida no contexto de governos militares, sem diálogo com a população; pela negação da presença Guarani na região; pela desclassificação dos Guarani, ou seja, negação de que são indígenas; por seu processo irreversível, as terras já não existem mais, não há disputa sobre as mesmas; pela manutenção do discurso de que os Guarani já não necessitam de terra, mas de fortalecimento cultural.

Segundo o pesquisador, “as margens do rio Paraná foram as últimas aldeias que restaram aos Guarani”. Conforme vimos no capítulo anterior, a ocupação das melhores terras para o cultivo mecanizado eliminou as aldeias existentes, restando aos Guarani os locais meios aptos a agricultura, como as margens do rio Paraná e seus afluentes. Ali os Guarani “buscaram um lugar para refugiar-se depois de toda terra arrasada no oeste paranaense” (Idem)

Até o momento não é possível afirmar com precisão quantas *Tekoha* foram alagados na margem esquerda do rio Paraná. Ocorre que muitos *Tekoha* foram abandonadas por medo do que significava a subida das águas; outras simplesmente foram expulsas pelos que se declaram proprietários com receio de terem que dividir a indenização. Os dados das pesquisas de Brighenti (2017), indicam ao menos 19 *Tekoha* que ficaram submersos. O único que recebeu algum tipo de atenção por uma forma própria resistência foi o grupo Ocoy-Jacutinga.

O caso do Ocoy-Jacutinga é também um importante elemento que nos permite compreender o todo, ou seja, como os Guarani foram informados, como Itaipu os considerou, qual a atitude da Funai e do Incri e as “soluções” encontradas. Porém, os Guarani lembram das outras aldeias das quais foram expulsos por conta de Itaipu, como *Tekoha* Dois Irmãos ou Santa Helena Velha, que não aparecem nos registros. Nos depoimentos Guarani fica evidenciada a participação ativa do exército como o executor da expulsão dos Guarani e intimidador dos que resistiam ao processo (BRIGHENTI, 2017, s.p).

Na margem direita do rio Paraná, os estudos de Barón (1985) indicam que ao menos 36 *tekoha* ficaram submersos. Havia algumas particularidades na margem direita com relação a esquerda, relativa a cobertura vegetal nativa. O processo de desflorestação no Paraguai ocorreu mais tardiamente, e outra particularidade da margem direita, foi a iniciativa da Itaipu em contratar pesquisadores para localizar as aldeias existentes na área a ser alagada. Porém não utilizou as informações para reassentar as comunidades identificadas em terras de igual qualidade.

Na margem esquerda o local onde se encontrada a comunidade

Ocoy-Jacutinda foi demandada pelo Incra para assentar agricultores que deveriam deixar o Parque Nacional do Iguaçu (PNI). Em 1971, Pelo Decreto Federal Nº 69.412/1971, o Incra inicia o processo de desapropriação e expulsão dos “intrusos”, posseiros e indígenas Guarani. O Projeto Integrado de Colonização Ocoy I e II (PIC-OCO I e II) começa a ser concretizado em 1973. O Incra toma toda a terra considerada por eles de “devoluta”, os 12.000 ha, que era área onde viviam cerca de 70 famílias Guarani e passa a assentar colonos. A prática do Incra para limpar a terra foi empregar violência extrema contra os Guarani passam a ser uma ameaça para as pretensões do Incra, que não hesitou em expulsar as famílias. Ocorre que os Guarani levaram o fato ao conhecimento do Presidente do Diretório municipal do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em Foz do Iguaçu, partido de oposição ao regime.

Em 20 de maio de 1976 o presidente do diretório do MDB, Antônio Vanderli Moreira, enviou um ofício ao então Ministro da Justiça Armando Falcão, denunciando as arbitrariedades cometidas pelo “Incra” no “projeto Ocoy”. Informava que desde dezembro de 1975 o Incra vinha ameaçando os Guarani. Dizia ele que no município de São Miguel do Iguaçu perseguiram-se indígenas brasileiros, havendo “presos e espancados”, sendo que “alguns fugiram para o Paraguai”. Já na conclusão da carta, denuncia-se que “ontem o coordenador do projeto Ocoy deu prazo de um dia para que “famílias indígenas desocupem terras onde nasceram seus ancestrais” (MOREIRA, 1976).

Ocorre que no dia 26 de abril é criada a Itaipu Binacional, pelo Art. III do Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973 e dos 12 mil hectares que o Incra iria destinar ao assentamento dos camponeses cerca de 8 mil passaram para a formação do lago. Foi apenas em 1976 que a Fundação Nacional do Índio iniciou tratativas para averiguar se havia presença Guarani na região, que ocorreu mediante o Ofício (nº045/76-Gab/4ª DR) do delegado regional ao presidente da Funai. Após nova insistência do Delegado Regional da Funai, o presidente do órgão, em junho de 1976, envia ofício ao presidente do Incra, pedindo providências para os Guarani e que cessasse a violência.

Foi apenas em março de 1977 que o presidente da Funai criou um Grupo de Trabalho para averiguar a situação dos Guarani em Três Lagoas e no Projeto Ocoy (Portaria Nº 162 relativo ao Processo FUNAI/BSB/0.053/76). O prazo era de 20 dias para os estudos de campo. Segundo Maria Lúcia de Carvalho Brant a

atuação em campo ocorreu em apenas 2 (dois) dias. Ainda de acordo com a pesquisadora, os Guarani não foram ouvidos, as informações foram repassadas pelos técnicos do Incra. Conclui Brant: “Uma vez mais, como se vê em trechos do documento transcritos abaixo, a FUNAI agiu a reboque do INCRA e de seus interesses em titular a terra dos Guarani para os colonos.” As conclusões do GT da Funai é que as terras não são imemorais Guarani, ou seja, dá uma “certidão negativa”, o GT incorre em diversas ilegalidades ao não considerar a terra como sendo de ocupação tradicional Guarani e propõe o assentamento nas margens do lago a ser formado.

- Nesse mesmo ano de 1977, uma equipe da Funai do Paraná esteve vistoriando a área e no relatório final e identifica 5 (cinco) medidas a serem adotadas, dentre elas destinação de lotes individuais em 330 ha, cabendo 30 ha por famílias:
- 3) Existem famílias Guarani na margem do Rio Paraná, exatamente na área compreendida pelo Projeto de Colonização do INCRA – Projeto Ocoy;
 - 4) As citadas famílias ocupam áreas individuais de aproximadamente de 5 a 10 ha;
 - 5) Pelo fato de serem pescadores os Guarani ali localizados tem os mesmos preferência por áreas ribeirinhas;
 - 6) A 4ª DR propôs ao INCRA, através do Of. 86/4ª DR, a outorga gratuita de títulos de posse de terra as famílias Guarani localizadas na área do Projeto Ocoy;
 - 7) Essa área será também inundada futuramente pela Barragem de Itaipu o que ocasionará uma possível indenização dos lotes titulados pelo INCRA.

No dia 22 de junho de 1977, o presidente da Funai informa a Itaipu que a mesma deveria atender as “11 famílias indígenas, num total de 27 pessoas, a área total necessária para o reassentamento dessas famílias é de 265 ha, na base de 15 ha por família”. Sugere que a área fique junto ao lago, “às margens da represa, a fim de que seus padrões alimentares não sofram alterações”.

2.2 A PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS EM DEFESA DOS GUARANI

A solução estava traçada, bastava a execução. Ocorre que as informações de que haveria uma comunidade Guarani atingida pela represa chegou ao conhecimento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Imediatamente essa organização deslocou uma equipe a campo para verificar o que estava ocorrendo.

O trabalho dessa entidade no apoio aos Guarani foi por um lado demonstrar as ilegalidades e por outro fortalecer a compreensão dos Guarani sobre seus direitos. Passaram a discutir o direito Guarani sobre 1500 hectares de terra e

não 100 como mencionava a Funai. Também insistiam que a Funai, Incra e Itaipu deveriam buscar áreas maiores no estado do Paraná para assentar a população. Associado a esses aspectos buscaram localizar os Guarani que haviam cruzado o rio Paraná fugindo da violência.

Notícias dos Guarani começaram a circular nos principais jornais de circulação nacional. Esse novo contexto forçou a Funai a buscar respaldo antropológico para justificar sua atitude. Em meados de 1981, a Assessoria Geral de estudos e Pesquisas (AGESP) da Funai “enviou o funcionário Célio Horst, de péssima fama entre os povos indígenas do Brasil.” (LUTA INDÍGENA, 1981, p.6). De acordo com CTI (2014, p. 72) Célio Horst, aplicou os “critérios de indianidade” “que haviam sido criados e introduzidos em 1979 pelo Coronel Ivan Zanoni Hausen nos procedimentos técnicos da Funai e contra os quais centenas de antropólogos, advogados e intelectuais viriam se manifestar nos anos seguintes e foi a Foz do Iguaçu para realizar visita aos Guarani” (CTI, 2014).

Em um dia de visita à área, Horst produziu um laudo. A partir dos critérios de indianidade, conclui que das 11 famílias Guarani que ainda viviam ali, somente 5 seriam “de fato” indígenas, as restantes “não-indígenas ou remanescentes indígenas que não se auto identificam como sendo indígenas” (HORST, 1981, p. 6). Sugere que para as 5 famílias indígenas seja destinado lotes camponeses (lotes nº 574, 575, 576, 590, 592) e posteriormente sejam desapropriados e transferidos para o Posto Indígena Rio das Cobras. Os Guarani estavam perdendo todos seus direitos sobre a terra e sua ancestralidade que ali tinham e, conseqüentemente, os atos afirmavam a historicidade das aldeias Guarani que ali estavam bem mesmo antes da construção da própria usina hidroelétrica, mesmo antes do surgimento dos Estados Nações.

Em 1981, o Cimi produz um documento denúncia assinado pelo seu Coordenador Regional Wilmar D`angelis (Figura 04). O primeiro documento descreve como era a aldeia Ocoy antes do alagamento da Itaipu, como ela se despendia e como era regida internamente. Como esse grupo tinha por si só um fluxo de movimento dentro da tríplice Fronteira. De certo modo, é uma forma bastante interessante de se perceber que a formação da própria questão territorial Guarani.

A questão territorial Guarani não obedece os limites dos Estados nacionais, como dito anteriormente sobre a sua questão territorial e como ela funciona com os sujeitos que participam da *Tekoha* Iguasu como sendo todos

aquelas pessoas que participam desse trajeto da tríplice fronteira como um todo, e que essa *tekoha* ligasse todos os pontos do oeste do Paraná com fronteiras tanto como da Argentina como do Paraguai. A mobilidade pelas fronteiras ocorre independentes dos Estados e seus mecanismos de controle. Os Guarani mantêm uma mobilidade que associa parentesco com economia de reciprocidade.

Figura 04. Documento do Cimi Sul

Os Avá-Guarani (ou Xiripá, denominação dada a eles devido a uma vestimenta tradicional) tem por território tradicional as duas margens do Rio Paraná a partir da Foz do Iguaçu até mais ou menos a foz do Parapanema (rio acima), e estendendo-se esse território para Oeste, dentro do atual território paraguaiense, e para dentro do atual Mato Grosso do Sul, até a altura da Serra do Maracaju.

Os Avá-Guarani, ou Xiripá, são, dos três "subgrupos" Guarani, os que mais facilmente se aproximam dos "ocidentais", sendo que seu dialeto é o mais próximo do "Guarani Paraguaiense", falado pela população rural da Paraguai.

O grupo Guarani que está próximo à Foz do Ocoi, nas margens do Rio Paraná, pertence ao "subgrupo" Avá ou Xiripá (que E. Schodon trata por "Whaháva", denominação essa já sem valor científico), estando em seu território tradicional.

Outro grupo Avá, ou Xiripá, no Estado, porém, que estão no município de Santa Anália (Posto Laranjinha) pertencem às hordas Guarani que migraram da região do Maracaju no século passado e início deste em direção ao litoral atlântico, migrações estas registradas e estudadas por Himendaju. Esse grupo de Santa Anália tem relação com os grupos do Araribá (SP), com o que havia em ~~Itapora~~ Tomazina (FUNAI transferiu em 78) e com o extinto (em 1912 mais ou menos) aldeamento de Itaporanga (SP).

Demais grupos Guarani no Estado, ao menos os mais conhecidos, pertencem ao grupo Mbya: Mangueirinha, Rio das Cobras, ~~Itapora~~

Em termos gerais se pode caracterizar a cultura tradicional do grupo Avá (de demais Guarani) como de agricultores, semi-nômades (mudanças devido ao cansaço da terra após alguns anos). Tradicionalmente habitando margens de grandes rios. Na região do Rio Paraná, acima de Guaira, seus antepassados (dos Avá) foram atingidos pela ação missionária dos jesuítas, nas Reduções de Guairá, destruídas em poucos anos pelos bandeirantes paulistas (por volta de 1629).

Creio que os dados sobre a terra e situação do grupo do Ocoi estão bem sintetizados no texto anexo.

Permaneço à sua disposição e solicito, encarecidamente, que nos envie cópias da matéria publicada que poderá contribuir no trabalho em prol desses povos.

Atenciosamente,

Wilmar R. D'Angelis
Wilmar da Rocha D'Angelis

Fonte: Laboratório de história, ano 1981 o documento aparece com a data de 1981.

A construção da represa andava a passos acelerados, o cronograma estava adiantado, com isso haveria pouco tempo para o fechamento das comportas para a formação do lago. O caso Guarani se transformou num problema grave para a empresa. Se ela reconhecesse a presença da comunidade

Guarani deveria seguir os procedimentos constitucionais, ou seja, identificar a terra e posteriormente solicitação autorização do Congresso Nacional para remover os indígenas.

Na tentativa de ratificar os procedimentos feitos pela articulação Funai-Itaipu, em meados de 1981, por indicação da presidência da Funai, a Assessoria Geral de estudos e Pesquisas (Agesp-Funai) enviou Horst à região. 1981, em um único dia de visita à área Horst produziu um laudo concluindo que, das onze famílias Guarani que ainda viviam ali, somente cinco seriam indígenas e recomenda que sejam instalados em lotes individuais como “colonos”. Isto é, os índios seriam instalados como colonos e, posteriormente, o presidente da Funai Otávio Ferreira Lima sugere ainda à Itaipu que os indenizassem dessa forma e os transferissem para Rio das Cobras. A estratégia do Estado era explícita: não era suficiente expulsar os Guarani de suas terras, era essencial negar sua identidade indígena para coroar o processo e impedir, inclusive, reivindicações futuras. Salientamos que, devido à articulação entre os Guarani e entidades de indigenistas que os apoiavam (Cimi Sul e Anai), produziu-se outro laudo contestando Horst – produzido pelo antropólogo designado pela Associação Brasileira de Antropologia, Edgard de Assis Carvalho, existindo ainda, um laudo posterior, da própria Funai, elaborado por Rosane Cossich Furtado, que também contestou Horst. Ambos foram sumariamente ignorados. (CEV, 2017, p. 244).

Esse documento apresenta os Guarani e introduz a dimensão da territorialidade. Informa que a nação Guarani está distribuída em 4 países diferentes (Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai), e que apresentam variações dialetais, em 4 grandes subgrupos, que são os Ava-guarani, Kaiowá, Mbyá e Aché. Essas informações, naquele momento histórico e no contexto dado, foram de muita relevância, porque desconstroem a ideia de que não havia Guarani na região, ou que essas famílias eram remanescentes de indígenas.

É fato que a territorialidade Guarani não obedece aos limites/fronteiras do Estado-nação. O conceito de Nação adotada na AL pelas elites crioulas surgiu do ideário Francês de Nação ou podemos dizer o ideário moderno, iluminista de como forma uma nação, mas não obedeceu às configurações das Nações Indígenas que aqui viviam, ao contrário, obedeceu aos interesses das elites locais que disputava poder:

A ideia do estado-nação, ou seja, do Estado como o veículo de uma única nacionalidade, é comparativamente recente na história europeia. Em fins do século XVIII ainda havia alguns que diziam que os vínculos com uma nação, tal como se evidenciam no nacionalismo ou no patriotismo nacional, representavam um sentimento tacanho e indesejável (ver Kamenka 1973:889). Foram as ideias subjacentes à revolução francesa e a sua influência política que levaram à convicção de que o estado-nação era a

forma racional, progressiva e desejável de organização da humanidade. (MAYBURY-LEWIS, 1983, p. 21).

O autor observa ainda que ao ser transplantada esse ideário para a América os “libertários” acreditam que seria uma etapa importante do processo civilizatório a incorporação do indígena.

Em suma, o conceito de estado da revolução francesa enfatizava a sua **racionalidade e podia dar-se ao luxo de ignorar a etnicidade** dos seus cidadãos, que na época não era um problema. Os primeiros libertadores, imbuídos que estavam dos ideais da França revolucionária, tinham a esperança de que os índios *com os indivíduos* pudessem tornar-se cidadãos sólidos e burgueses das democracias mestiças das novas Américas. Assim, Simon Bolívar decretou que os índios seriam cidadãos iguais perante a lei e **não mais sujeitos às discriminações coloniais**. Para tanto, procurou abolir a **propriedade coletiva da terra pelos índios**, atingindo assim, a base das comunidades indígenas, de modo que os índios tivessem que exercer seus novos direitos de cidadania com o indivíduo (MAYBURY-LEWIS, 1983, p. 21).

O documento atesta que os Guaranis estavam ali antes mesmo dos Estados e da chegada de colonos com suas lógicas capitalistas sobre o território. Confirma que os Guarani não eram estrangeiros ou mesmos eram de outras localidades da tríplice fronteira, e sim daquela localidade que tinham anos de vivência sobre seu território, porém que sua mobilidade ocorria num território amplo.

As consequências históricas das mobilidades Guarani vem desde os proto-guarani seriam os antecessores do ramo linguístico e cultural da família tupi-guarani que se formaram na Amazônia brasileira, como afirma Carlos Fausto: os indígenas históricos foram descendo via Amazônia com uma forma de pinça, que na qual foram descendo ou interiorizando tanto para o litoral brasileiro como para o interior do Brasil e como outros países que fazem a atual limite fronteira do Brasil e países latino americanos. (FAUSTO, 2000). Nesse sentido,

A presença dos grupos associados ao antropológico, linguístico ou arqueológico denominador comum chamado guarani alude a um amplo conjunto de grupamentos humanos que viveram em um mundo outro. Estima-se que há 2000 anos chegaram ao território que atualmente chamamos de terras paraguaias, uruguaias, argentinas e brasileiras (....) Esses guarani históricos sofreram redução demográfica imensa decorrente dos processos brutais de colonização, desterritorialização e dispersão nos séculos que seguiram à invasão e conquista europeia. (GIORDANI, 2015, p. 3-4).

O Início da colonização europeia provocou conseqüentemente a

desterritorialização dos povos indígenas originários no continente americano, muitos dos povos indígenas que tinham sua morada nas praias e próximo às faixas de zona litorâneas dos que quase não existem mais vestígios ou mesmo se organizam hoje como pequenas comunidades além de outras etnias indígenas que se refugiaram indo mais para o interior do continente latino-americano.

Contudo, as fronteiras dos Estados não impedem o movimento e trânsito dos povos originários dessa região pois eles sempre estão em busca de seus parentes, seus lugares ancestrais e milenares e suas antigas *Tekohas* na que passaram suas vidas. O processo civilizatório no Oeste paranaense apresenta desde as obras até a construção da Itaipu, pois esse processo foram se construindo com os passares das décadas e tomando novas características como as questões da Brasilidade entre outras o documento do CIMI de 1981, uma desconstrução dessa perspectiva, justamente por trazer a História Guarani.

Figura 05. Nota do Cimi Sul

Conselho Indigenista Missionário DOCUMENTAÇÃO
CIMI - REGIONAL SUL

Caixa Postal 02 — 88450 - XANXERÊ — Santa Catarina

FR.00.01.7E/1

NOTA DO CIMI REGIONAL SUL

Dentro de poucos dias o país assistirá - estarrecido, revoltado e compulsoriamente enudecido - o fechamento das comportas da Itaipu multinacional, que inundará enormes quantidades de terras das mais férteis do mundo das quais a obra faraônica expulsou milhares de famílias de agricultores. Vítimas de expulsão também foram grupos indígenas Guarani, seculares habitantes da região, que receberam a título de consolação, minúscula parcela de terra para mojar. A destruição da beleza das Sete Quedas é tão somente mais um dos crimes pelos quais responde essa obra de desinteresse nacional.

Quando as comportas de Itaipu se fecharem para formação do seu descabido lago, o jornalista Juvêncio Mazarello, de Foz de Iguaçu, talvez não esteja presente para tomar fotos e depoimentos. Estará, talvez, onde hoje se encontra: atrás das grades do cárcere político, cumprindo pena de detenção imposta pela assim chamada Justiça Militar.

Juvêncio Mazarello tem muito a ver com Itaipu. Através do jornal "Meu Tempo", de Foz de Iguaçu, não cessou de denunciar os abusos, as mentiras, o engodo do projeto de endividamento crescente do país em favor das multinacionais, projeto que leva o nome de Itaipu Binacional. Fruto de seu trabalho jornalístico, publicou "A taipa da Justiça", que a outra obra não poderia referir-se senão àquela.

Se democracia houvesse, absurda seria a prisão de Juvêncio Mazarello por expressar livremente sua opinião. Esse o "crime" pelo qual o condenaram: exercer a liberdade de expressão, garantida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e referida no Artigo 15º da Constituição Brasileira. Mas, na falta de que se precisa, tem-se a chamada "abertura". E a "abertura:" põe no cárcere o jornalista Juvêncio Mazarello!

As multinacionais festejarão com tranquilidade o fechamento. O fechamento das comportas da Itaipu multinacional.

O povo brasileiro revoltado assiste a prisão daqueles que manifestam corajosamente - porque os tempos exigem coragem - sua opinião.

O CIMI Regional Sul, identificando-se com a luta pela democracia no país, manifesta seu repúdio pelo ato de arbitrio, solidarizando-se com o jornalista detido e apoiando as ações por sua libertação imediata, pelo fim das prisões por manifestação de pensamento e pelo fim dos Tribunais Militares.

Xanxerê SC, 02 de Outubro de 1982.

Fonte: Acervo do laboratório de história Indígena/Unila

O documento denúncia de 1982 é produzido quando os Guarani já

estavam assentados na minúscula terra do atual Ocoy e estava por fechar as comportas da Usina. A tragédia anunciada se confirmaria, conforme memória dos próprios Guarani:

Nois não sabia que a água iria chegar tão cedo, tem alguns que falam que quando estavam dormindo viram a água entrando na casa, até o cachorro já estava nadando na água da Itaipu, tivemos que sair às pressas dali e procurar um outro lugar para morar mesmo que seja por alguns dias, pois tivemos que sair às pressas das aldeias que estavam sendo engolidas pela Itaipu. (SIMÃO, 2018).

Como podemos perceber a água chegou bem antes do previsto nas aldeias. Nos depoimentos dos Guarani percebe-se que eles ficaram surpresos com a água chegando no *Tekoha*. Ocorre que em maio de 1982, os Guarani foram assentados na terra que ficaria na margem do lago, mas o lago ainda não estava formado. Construíram suas casas nas margens do riacho Santa Clara e prepararam suas lavouras. Como o represamento a água subiu rapidamente e alagou as casas e plantações. Nesse momento os Guarani irão ter uma dimensão exata do tamanho da terra a ser usada.

3.3 RECONHECIMENTO DA ITAIPU

O não reconhecimento dos Guarani como indígenas necessitava de um aparato antropológico, visto que começaram os questionamentos sobre a prática adotada pela Funai e Itaipu. A Comissão Estadual da Verdade tomou esse tema para compreendê-lo em sua dimensão mais ampla.

Na tentativa de ratificar os procedimentos feitos pela articulação Funai-Itaipu, em meados de 1981, por indicação da presidência da Funai, a Assessoria Geral de estudos e Pesquisas (Agesp-Funai) enviou Horst à região. 1981 Em um único dia de visita à área Horst produziu um laudo concluindo que, das onze famílias Guarani que ainda viviam ali, somente cinco seriam indígenas e recomenda que sejam instalados em lotes individuais como “colonos”. Isto é, os índios seriam instalados como colonos e, posteriormente, o presidente da Funai Otávio Ferreira Lima sugere ainda à Itaipu que os indenizassem dessa forma e os transferissem para Rio das Cobras. A estratégia do Estado era explícita: não era suficiente expulsar os Guarani de suas terras, era essencial negar sua identidade indígena para coroar o processo e impedir, inclusive, reivindicações futuras. Salientamos que, devido à articulação entre os Guarani e entidades de indigenistas que os apoiavam (Cimi Sul e Anai), produziu-se outro laudo contestando Horst –

produzido pelo antropólogo designado pela Associação Brasileira de Antropologia, Edgard de Assis Carvalho, existindo ainda, um laudo posterior, da própria Funai, elaborado por Rosane Cossich Furtado, que também contestou Horst. Ambos foram sumariamente ignorados (RCEV, 2017, p.244)

Pelo Relatório da Comissão da Verdade do Paraná vemos que a própria Itaipu e a FUNAI tinham o propósito de deslegitimação dos territórios Guarani. O envio de um antropólogo para realizar um laudo da área tinha objetivos claros de desconstruir as populações que ali habitavam as margens do rio Paraná e conseqüentemente retirar os Guarani de seu território. No relatório estavam sendo questionado quem era ou não era indígena com comparações ao mínimo errôneas (CARVALHO, 2013).

O laudo era justamente para a identificação quem era indígena ou mesmo estrangeiro, para finalmente dar uma pequena fatia de reparação, mais essa reparação nunca fora feita com dignidade por partes das duas entidades em época.

Uma das contradições encontradas nas ações dos representantes governamentais de assistência aos povos indígenas é compreender e aceitar a concepção de terra dos Guarani. Como admitir e administrar na burocracia estatal a lógica guarani, onde cada família extensa almeja um espaço próprio, inclusive respaldada pela legislação indigenista; para o Guarani também se torna difícil admitir a possibilidade de que não pode mais livremente usufruir o espaço que Nhanderu criou para seus filhos e conceber a terra como propriedade particular.(...) Na etnografia é muito ver as seguintes expressões “são índios paraguaios”, “são estrangeiros” “vieram da Argentina” “vieram do Paraguai” (BRIGHENTI, 2009, p.160-163).

As ações diretas da própria Funai e conseqüentemente da própria Itaipu não quiseram compreender nação guarani, seus domínios territoriais e suas lógicas internas, seu modo de vida e também a constituição familiar. As duas entidades trabalharam para o bem do Estado e nunca para os próprios interesses das populações dentro delas. Nesse sentido, a lógica do Estado é superposta à questão indígena sendo configurada pela tutela legal dos povos indígenas originários. As histórias e a forma de pensar da população que está dentro das conformidades do Estado-nação colocam às comunidades indígenas em época de forma estrangeiras e estrangeiros na própria terra, pois colocando os próprios Guarani como estrangeiros, eles perdem todo um direito sobre a Terra que eles

possuíam tradicionalmente e com isso. O Estado se colocou como tutor e abusou dessa prerrogativa para reduzir ainda mais seus direitos. (BRIGHENTI, 2010).

A tutela fez com que os aldeamentos fossem normativos mais frequentemente usada no séc XX e XXI, perante o estado nação brasileiro no século XX. (CUNHA, 2011). Pois o aldeamento das comunidades indígenas pelo Brasil fizera com que fosse mais fácil o controle das populações indígenas. O Estado nação brasileiro fez a mesma coisa que estava fazendo durante quase um século, com as populações indígenas do Brasil, fazendo que os mesmos moravam em aldeias.

Com todas essas reviravoltas e pressões por parte da sociedade e de órgãos de fomento antropológico e como o CIMI, a Comissão de Justiça e Paz e as comunidades indígenas Guaranis começaram a produção de cartas e documentos para as autoridades internacionais e nacional para demonstrar o que estava realmente acontecendo e que as autoridades fizessem alguma coisa para que a UHIB ver algum local para “compra ou mesmo doação”, para que os indígenas pudessem ter uma localidade para que os mesmos pudesse chamar de *Tekoha* e que fosse de um estado temporário nessa nova morada.

3.4 TERMO DE COMPROMISSO DE UHIB

Após diversas reuniões e conseqüentemente pressões por órgãos nacionais, os Guaranis participaram ativamente das reuniões juntamente com os órgãos tanto civis como órgãos do próprio estado-nação, a UHIB comprou um pequeno território de 253 hectares, situado em São Miguel do Iguazu no Paraná, o documento que vem a seguir demonstra como que fora a ata da reunião com a Funai, CIMI e outros órgãos que estavam representado os Guaranis e os próprios Guaranis que foram ao local.

Figura 06. Ata de Reunião da Itaipu com Funai, Cimi e outros órgãos

ITAIPU
BINACIONAL

ATA DE REUNIÃO FUNAI, COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ, CIMI/SUL, CONSELHO INDIGENISTA ANAI, ITAIPU.

DATA: 12 de maio de 1982.

LOCAL: Jacutinga-Ocoi. Acompanhamento dos Índios Ava-Guarani.

Alegou na reunião do dia 11 que "ASSINOU COMO PRESENTE"

PRESENTES:

P/FUNAI: HARRY AVILA TELLES - JOSÉ USIRAJARA CALBILHO

P/COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ: ALVARO WENCKMANN ALBUQUERQUE

P/ CIMI/SUL: ALBERTO CAPUCCI FILHO - JOSÉ VRA MARIA BEZENDE CAPUCCI

P/CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO: ROSANA FACCHINI

P/ANAI: DARLI MACHADO SANTANA - FREDERICO FULLGRAF

P/ITAIPU: PAULO JOSÉ NOGUEIRA DA CUNHA - MARIZA ZANCANER PAULI E ROBERTO HENRIQUE HELEBLING - MARIA SUIOMAI MORAES SALA

Dando continuidade aos entendimentos entre Itaipu, FUNAI, INCRA, CIMI, ANAI, Comissão de Justiça e Paz e a comunidade indígena que se encontra na área do reservatório de Itaipu Dr. Paulo Cunha iniciou os trabalhos explicando tudo o que já aconteceu desde a primeira reunião no dia 26 de abril de 1982. A seguir mostrou a área que está sendo oferecida para relocação da comunidade, com aproximadamente 253 ha., conforme planta apresentada. A Itaipu informou ainda que será pago o valor das benfeitorias e benefícios feitos na terra através da FUNAI. A FUNAI por sua vez informou que esse valor será aplicado integralmente na implantação do novo acampamento, ou seja, aquisição de ferramentas, utensílios, alimentos e outras necessidades. Após os devidos esclarecimentos ficou acertado que: a comunidade indígena Ava Guarani, continuará com a nova área de aproximadamente 253 ha., tendo inclusive posto suas impressões digitais na referida planta; que tão logo a área esteja demarcada será feito o reassentamento da comunidade.

Darli Machado Santana
C. J. P.

Rosana Facchini - Cimi

Alberto Capucci Filho - Cimi Sul

José Vra Maria Bezende Capucci - Funai

Paulo José Nogueira da Cunha

Mariza Zancaner Pauli

Roberto Henrique Helebling

Maria Suiomai Moraes Sala

ACORDO
Índios, Cimi - ANAI
e OUTROS

Fonte: Arquivo do Laboratório de História indígena/Unila

O relatório de Célio Horst estava sendo duramente criticado pelos setores civis. Todos os debates travados em torno a esta questão e que foram concretizados no pequeno território no que os Guarani foram assentados demonstram o pouco respeito sobre as questões da territorialidade Guarani. Sobre o local designado pela Itaipu, ainda temos que comentar que o local que era para o assentamento do povo Guarani do oeste Paraense era um local de Área de

Proteção Permanente (APP). Com isso, nos primeiros meses muitos dos Guarani que perderam suas *Tekohas* foram para esse novo local mas a reparação estava longe de ser a ideal para a população originária.

A luta dos Guarani não parou durante esse período. Eles sabiam que esse espaço estava de longe do ideal para todas as suas questões territoriais e suas religiosidades e muitos relatos sobre essa nova localidade, principalmente com os mais velhos que tiveram que fazer intensas rezas na nova localidade em questão que seria o Ocoy.

Como um todo as terras do Ocoy estavam localizadas em proteção ambiental a APP da UHIB e uma certeza de um dos casos mais complexos que os Guarani vivem dentro da aldeia, pois sem demarcação da mesma área, o agronegócio iria aos poucos se aproximar das fronteiras da aldeia, pois com a demarcação das terras tem um limite mínimo que haja o agronegócio ou mesmo a civilização humana. Alguns Guarani contam quando o Ocoy já estava no processo de vinda para a aldeia existia uma barreira do Agronegócio naquela localidade demarcando o limite entre a reserva da UHIB e o agronegócio.

Esta situação no território reservado continua até os dias de hoje pois a presença das fazendas de agronegócio implica necessariamente no uso extensivo de agrotóxicos nas lavouras de soja e milho intoxicando os Guaranis. A seguir, um mapa demarcando o território do Ocoy:

Figura 07. – Território do Ocoy



Fonte: Base de dados a partir do Google Maps

Assim, os contextos do passado e do presente dentro do Ocoy são bem próximos, e sempre foram vistos pelos Guarani com frequência, com fotos, filmagens e os depoimentos dos mesmos ao longo das décadas, sobre a questão do Ocoy, tanto como as questões do agronegócio como as violências sofridas pelos Guarani durante esse processo do novo território

Quando nós chegamos aqui, sabíamos que aquele lugar não era pra nós, pois ali do lado tinha os fazendeiro, não sabia que os veneno que eles tacaram ali no trecho iria afetar nos, depois tivemos muita criança com doenças respiratória, desde quando chegamos aqui sempre estava acontecendo isso, não sabia que era, falamos com os órgão responsável e nada de resposta, bom muito tempo depois sabíamos que era o agricultor que fizera isso com nós, envenenado nossas crianças e água e a nossa terra. (VILHANVA, 2018).

Os agrotóxicos que eram e são utilizados, são altamente tóxicos, para seres humanos não protegidos, e quando colocados nas lavouras provocando intoxicação pelos ventos e pela água consumida, sendo comum que não exista nenhum tipo de comunicação entre os fazendeiros e os Guarani para alertar de tal situação. As doenças, deste modo, se espalham e espalharam constantemente, e vão desde surtos de malária que aconteceu em 1982 até casos de aborto espontâneos e doenças respiratórias registradas durante os primeiros anos e

décadas posteriori.

Esta situação era um dos motivos que os Guarani não pegavam a água do lago de Itaipu, porém acabavam se infectando com as águas dos poços artesianos, já que as águas estavam contaminadas pelos agrotóxicos utilizados em larga escala pelo agronegócio local. Esse problema nunca foi sanado desde a época. A partir das fontes orais conseguimos resgatar que até hoje o uso de agrotóxicos nos locais próximos da aldeia provoca problemas de saúde especialmente às crianças. Por isso, as bananeiras são uma barreira plantada na fronteira da aldeia para filtrar minimamente o agrotóxico.

Os Guarani foram assentados no local que hoje é a reserva indígena do Ocoy mas o interesse estatal nunca foi o de demarcar o local como terra indígena, já que a área que pertence a Itaipu. Talvez que muitos Guarani falam de seu local de pertença ou mesmo reviver suas antigas *Tekoha kuera* que estão sobre território de UHIB, dentro da lagoa desde aquela época, a uma questão de grande importância para os Guarani a busca por novos territórios, e das antigas *Tekoha kuera*.

O crescimento econômico tem sido o condutor deste processo, por isso vemos a perda do território Guarani como a mais violenta do séc XX. As perdas da territorialidade para o avanço do “progresso nacional” simbolizado pela Usina de Itaipu. Isto é expressado nos seguintes termos:

com as fotos de todos o Guarani, vimos que muita coisa não mudou com o ao agronegócio todas as vezes que eles passam o veneno, nos somo afetado com tudo isso, principalmente as crianças e mulher grávidas, que estão morando aqui, quando nós estamos tirando foto ou filmando eles param na hora de passar o veneno nas plantas, e quando não estamos mais eles retomam tudo novamente, mas estamos mais filmando os mais velhos para que não perdemos a sabedoria deles, filmamos a fala deles para não perdemos né ... Temos que filmar porque não podemos esquecer o que a Itaipu fez com nós e o agronegócio e o colonos com nós.. por isso da filmagem e também das fotos para não esquecemos das pessoas que passaram pela aldeia né... as pessoas vivas e mortas que já se foram a muito tempo ou pouco tempo. mas sempre tendo a lembranças da luta que nós fizemos desde aquela época que nos retiraram do local nosso e colocaram aqui, tanto as foto que vocês fazem como nós agora, ajudam muito nos a lembramos quem foi na luta com nós e nós de nós mesmo.. trazer as lembranças para cá nessa atualidade e lutar pelos direitos que nos foram retirados. (VILHANVA, 2019).

Através dessas filmagens podemos entender o passado do povo Guarani no Oeste paranaense diante a violência praticada pelos colonos durante

todo o período do século XX. Essas pequenas filmagens demonstram são importantes pois mostram para as futuras gerações como que se deu a luta do povo na questão do território.

3.5 PEQUENO ESPAÇO... BUSCA POR UM DIREITO PERDIDO. TERRAS GUARANI

O Ocoy foi compreendido pelos Guarani como algo passageiro, principalmente porque é um local muito estreito e pequeno para plantar. As ingerências de Itaipu nos territórios indígenas forçaram hoje a retomada da luta alguns anos depois da “compra e doação” do Ocoy. Em 1985, os Guarani se reuniram para uma produção de um documento que tinha como objetivo cobrar da Itaipu mais terras.

O documento que vemos a continuação foi enviado ao presidente da Itaipu explicitando as problemáticas provocadas especialmente pelo aumento da população dentro do Ocoy e diversas questões envolvendo as políticas praticadas pela hidroelétrica com as populações indígenas tanto para o lado do Paraguai como o do Brasil.

Figura 08. Documento da nação Guarani ao presidente da UHIB

escritos e dirigidos para a OIT, o Banco Mundial e para o Vaticano. Muitas cartas foram enviadas para diversas entidades nacionais e internacionais e tiveram efeitos para a população Guarani como a vinda de representantes do Banco Mundial para o Oco'y:

quando eles chegaram eles não nos entendia e nós a eles, tivemos que recorrer a uma pessoa que falava nossa língua para eles e deles para a nossa, ficou bem mais fácil a comunicação, nós mostramos como estava o Ocoy na realidade, pois a Itaipu falava uma coisa para eles, e quando eles chegaram viram que não era como que a Itaipu tinha falado para eles, com cartas ou mesmo enviando gente para lá, para falar o que estava acontecendo com nós, quando eles chegaram eles ficaram com os olhos pra fora, não sabiam o que fazer... e nos apresentando o que fora feito com nós, desde a nossa expulsão dos nossos territórios até aquele dia, eles pareciam não acreditar o que estávamos falando... eu penso que até é meio engraçado isso sabe.... Pois sabemos que a Itaipu estava metida para eles sobre nós, e como era realmente a aldeia e outras coisas a mais. (PEREIRA, 2018)

Assim, quando o Banco Mundial visita a aldeia e visualiza a realidade do povo Guarani, percebeu-se que nada do que fora dito pelos os órgãos nacionais (Itaipu e FUNAI) para os órgãos internacionais de fato era verdade. Muitas vezes os próprios Guarani relatavam as suas experiências aos órgãos nacionais e internacionais e constatou-se que eles não sabiam da realidade do que aconteceu antes mesmo do Ocoy, É possível afirmar que há ecos dos documentos escritos pelos Guarani: a OIT aprovou, em 1989, um artigo sobre os direitos dos povos indígenas e tribais conhecido como convenção nº 169. Percebemos que são os ecos e as escritas das cartas que levaram a essa convenção.

A perda territorial no século XX foi agressiva, podemos perceber a indignação da nação Guarani nas cartas sobre tudo que ocorrera com ela. Confinados nesse pequeno espaço que fora dado como “reparado” todas aquelas questões territoriais que a Itaipu tivera com os Indígenas Guarani. O avanço sobre os territórios das populações minoritárias do Brasil, as diversas situações que vivem e vivenciam e as realidades são suprimidas pela História Oficial, por isso da importância das pesquisas destas histórias.

Os documentos aqui apresentados representam o início de uma longa luta contra Itaipu. As terras Guarani nunca foram totalmente recuperadas, com isso iremos ver anos mais tarde reuniões político religiosas falando sobre os casos de abusos, perdas territoriais, novas conquistas, entre outras. Os documentos que relatam o que o Estado realmente deve assim como todas as questões da territorialidade Guarani. A importância da manutenção dessa memória também

reside na significação que tem para as camadas mais jovem não esqueçam de sua história, das perdas e conquistas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nação Guarani nasceu nessa tríplice fronteira, justamente na bacia da prata, esse nascimento veio antes dos estados nações modernos, podemos dizer que desde tempos imemoriais a população Guarani viva nessa grande extensão das terras da Bacia da Prata.

Contudo no início do séc xx, suas territorialidades começaram a cair, ou seja, são tomadas pelo estado nação, com um discurso do vazio demográfico, que fora intensificado nas regiões do oeste do Brasil, mais o que seria esse vazio demográfico? seria que nessas regiões não havia pessoas ou mesmo a presença humana, e seria territórios virgens que poderia se explorado e conquistado pelo estado nação.

De início, a primeira colonização do oeste paranaense veio com as obragens, eles exploraram tanto o mate da região, como a madeira da mesma região, e a força de trabalho utilizada para a extração da erva mate era feita pelos Guarani, pois sabiam retirar, plantar e fazer sua extração com maestria.

Mas o “salário” dos Guarani sempre era feito por pequenas trocas ou mesmo raquíticos salários, os donos da extração sempre tinha quase a totalidade desses lucros retirados da plantação e colheita da erva do mate. E um motorista relata e fez um boletim de ocorrência, para falar o que acontecia nesse sistema de obragens. Com isso as matas foram diminuindo até o Brasil criar uma lei ambiental que protegeria as últimas matas da região e é criado o PNI - Parque nacional do Iguaçu em 1939.

Após alguns anos o governo getulista cria o território Iguaçu que durou poucos anos entre 1943-1946, com isso o governo getulista inicia a marcha para o oeste, 1937 - 1950, a marcha era para explorar e colonizar o oeste do país, mais esse Oeste já fora colonizado desde o início do século com as obragens.

A marcha para o oeste tinha quase os mesmos conceitos das obragens, que esse território era virgem e que não existirá populações humanas, vemos que a volta do vazio demográfico, mais com os colonos chegaram nessa região descobriram que já fora colonizada anteriormente com as obragens e o Território Iguaçu.

Os Guaranis já vinham sofrendo o processo de desterritorialização desde a chegada dos colonos desde as obragens mas dessa vez assume um caráter especial, colocam o Povo Guarani como estrangeiros da própria terra, por que desse estrangeirismo era para diminuir seus direitos sobre a terra que eles detinham e suas *tekoha kuera*, mais essa e a terceira hecatombe para a Nação Guarani.

A última hecatombe e a pior delas de perda territoriais e de suas *tekoha keura* foi pela Itaipu Binacional. A Itaipu fora um tratado entre Brasil e Paraguai em 1973 e finalizada em 1982, essa finalização demonstra o que ocorrera com as diversas *tekoha Kuera*, alagadas pela Itaipu e perdidas pelo lago.

A Itaipu contrata o antropólogo Célio Horst que colocam o povo Guarani como paraguaios e mais uma vez eles caem no estrangeirismo na própria terra e com isso o povo Guarani juntamente com seus colaboradores iniciaram a escrita de documentos e cartas para a Itaipu e outros Órgãos tanto nacionais (Funai e Itaipu) como Internacionais (OIT, Papa e Banco Mundial)

Em 1982, a Itaipu firma um acordo com a Funai, CIMI e outros colaboradores que auxiliaram os Guarani durante esse terrível processo de desterritorialização forçada. Mais com o documento assinado a Itaipu “compra e doa” um território para os Guarani, que os mesmos pensaram que seria passageiro que haveria territórios melhor. O Ocoy e um território que está às margens do lago de Itaipu e também às margens do agronegócio.

Com as cartas os Guarani chegaram até o Banco mundial, que visitaram o Ocoy e viram a realidade e vivência dos Guarani na *tekoha* e consequentemente viram que as notícias do próprio estado nação era de fato falsas, pois viram as histórias dos Guarani sobre as violências praticadas pelo próprio estado nação e o agronegócio.

E não poderíamos enfatizar que eles não são passivos, eles detêm seus modos de luta contra o estado nacional, como a criação desses documentos, indo até as capitais dos estados- nações brasileiro como paraguaio cobrando seus direitos da terra e o respeito às suas questões da territorialidade, e que após 1980 cria um novo cenário para a Nação Guarani, na qual eles são ouvidos pelas comunidades internacionais como nacionais, até os dias atuais eles nunca pararam de escrever, devido que ainda os mesmos sofrem violências praticadas tanto pelo Agronegócio da região oeste paranaense como o estado Brasileiro.

Essas cartas e documentos geraram ecos por todo o globo, e

principalmente na OIT que passou a convenção dos povos indígenas, a convenção 169, esses ecos geraram profundas mudanças para todos os povos indígenas.

5. REFERÊNCIAS

ARCE, Hugo Abel. **Los Usos de la Interculturalidad en la Educación Escolar Indígena de Misiones**, Argentina. Dissertação -Departamento de Antropología Social y Cultural. Universidad Autónoma de Barcelona. Barcelona-ES, 2009.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Grafipar, 1969. 277 p.

BRASIL. Itaipu Binacional. Aneel. **Royalties**. 2019. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 16, n.32, p. 103 –120, set./dez. 2015.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Estrangeiros na própria terra: presença Guarani e Estados Nacionais**. Florianópolis: Argos, 2009. 282 p.

BRIGHENTI, C. A.; SANTOS, R. D. **Encobrimento indígena no processo de colonização do oeste do Paraná**. Sures, Foz do Iguaçu, v. 9, n. 1, p.113-131, fev. 2017

CNV. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório** / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.

CEV. COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. **Relatório** / Comissão Estadual da Verdade. - Curitiba: CEV, 2017.

FAUSTO, Carlos. **Os Índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 93 p.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil: Política indigenista, a marcha para o oeste e os índios xavante (1937-1988)**. São Paulo: Editoria Unesp, 2011. 416 p.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. **Os guarani no oeste paranaense e a (re)constituição de territórios originários**. Guaju, Curitiba, v. 1, n. 1, p.142-166, jun. 2015

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. **Comportamento alimentar entre os Guarani. Cultura e Alimentação**. 2012. 312 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná -ufpr, Curitiba, 2012. Cap. 6. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28006/R%20-%20T%20-%20RUBIA%20CARLA%20FORMIGHIERI%20GIORDANI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

GRÜNBERG, Friedl Paz; GRÜNBERG, Georg. *Los Guaraní: persecución y*

resistencia. Pueblos indígenas del centro de América del Sur. Quito: Ed. Abya Yala, p.402

GUANAES, Senilde Alcântara. O Estado Nacional e as políticas desenvolvimentistas: o “cerco articulado” contra os Guarani na Tríplice Fronteira Sul. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 307-336, jan./jun. 2015.

HABITZHEUER, Rubens Roberto. **A conquista da Serra do Mar**. Curitiba: Pinha, 2000. 280 p.

MAYBURY-LEWIS. David. **Vivendo Leviatã: grupos étnicos e o Estado. Anuário antropológico**. UNB, Brasília, 1983

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 3, n. 1, p.7-37, jun. 1990

MELIÀ, Bartomeu. **Camino Guarani**: Assunción: Inprenta Salesiana, 2016. 229 p

MELIÀ, Bartomeu. **Mundo guarani**. 1 ed. Assunção: Servilibro/Adriana Almada, 2011.

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena na escola. **Cadernos Cedes**, São Paulo, v. 49, n. 1, p.11-17, dez. 1999

MYSKIW, Antonio Marcos. **COLONOS, POSSEIROS E GRILEIROS**: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66).. 2002. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense - Uff, Niterói, 2002.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia Do Poder**. São Paulo: Editoria Ática, 1993. 266 p. (TEMAS).

SALLES, Iraci Galvao; NOVAIS, Fernando Antonio. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra: 1870-1889**. 1980. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de (Org.). **Os avá-Guarani no oeste do Paraná: (re)existência em tekoha guasu guavira**. Curitiba: Letra da Lei, 2016. 432 p.

TOMAZI, Nelson Dacio. **"Norte do Paraná" Historia e Fantasmagorias**. 1997. 342 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31883/T%20-%20NELSON%20D%20ACIO%20TOMAZI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, Mensus e Colonos**. 2. ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987. 218 p.

Fontes orais

PEREIRA, Cassemiro Centurião. **Depoimento cedido a Rafael Fonseca**, Tekoha Oco'y, 21 de março de 2018.

VILHANVA, Simão. **Depoimento cedido a Rafael Fonseca**, Tekoha Oco'y, 12 de fevereiro de 2019.

VILHANVA, Simão. **Depoimento cedido a Rafael Fonseca**, Tekoha Oco'y, 20 de agosto de 2018.